



PORTE PAGO



ELD

*Duas décadas
a derrubar
barreiras*

JORNAL ANO XX

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: Patuleia Mendes

MENSÁRIO NOVEMBRO 1994
N.º 237 PREÇO: 110\$00

23 Novembro

Colóquio

"A Imagem do Deficiente na Imprensa"



**Reflexão
desmistifica tabus
e afronta barreiras
reerguidas**

A.G.N. impulsa a Revisão Estatutária 5 e 26 de Novembro



Associados apoiam e incentivam os OSC na estratégia frente à revogação da legislação

• **19 de Novembro**
Jornada de reflexão associativa
Pág. 4

• **7 de Dezembro**
20.º aniversário da Delegação do Porto
Pág. 6

• **10 de Dezembro**
Convívio associativo núcleo de Alcobaça
Pág. 3

• **10 de Dezembro**
Reunião Geral na Sede Projecto 2+4
Pág. 5

• **12 de Novembro**
São Martinho em Aveiras de Cima
Pág. 3

• **Festas de Natal**
apelam à participação de sócios
Pág. 6



Audiência com o Secretário de Estado da Defesa

No dia 24 de Novembro, em audiência já aprazada, o Secretário de Estado da Defesa Nacional recebeu a Direcção Central da ADFA, na altura representada pelo seu presidente, 1.º e 2.º secretários, e tesoureiro a fim de tratar de alguns assuntos pendentes, e que se mantêm em estudo.

O primeiro ponto versado, dedicado às nossas reivindicações legislativas, deu azo a que a DC comunicasse a sua perplexidade e incompreensão pelas notícias, trazidas a público, e que indicam encontrar-se em causa a considerada intocável legislação dos deficientes militares. O Dr. Figueiredo Lopes manifestou a sua mais veemente indignação pelo sucedido, do qual só tomou conhecimento pela comunicação social, reiterando a disponibilidade do Ministério na continuação e implementação dos estudos que promovam, não só a manutenção, como a desejada melhoria do quadro legislativo que abrange, muito justamente, os deficientes militares, aliás, sentir que manifestaria em officio, di-

vulgado em local próprio, neste número do "ELO". Saliou o interesse já existente, nomeadamente na rápida resolução das propostas legislativas em equacionamento, designadamente as recomendações emanadas da 6.ª Conferência Mundial sobre Legislação da FMAC, em especial as que concernem aos grandes deficientes, cujos acidentes ainda não se encontram considerados como ocorridos em serviço, às viúvas, e à política de lares.

Foi solicitada a intervenção do MDN, junto do Ministério da Administração Interna, afim de ser desburocratizada a tramitação processual para reconhecimento da nacionalidade Portuguesa aos ex-militares africanos, que adquiriram deficiências ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, tal como junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para que aqueles que optaram, pela continuidade da sua vida, no seu país natal, tenham o justo direito a uma indemnização que os dignifique, e honre, simultaneamente, os compromissos de Portugal.



Boas festas ADFA

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, deseja a todas as individualidades públicas e privadas, com quem se relaciona e a todos os seus associados, a maior felicidade nesta época natalícia, de um ano de 1995 cheio de saúde e paz, num mundo melhor e mais justo.

Natal Elo

O jornal Elo órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas deseja aos associados, leitores, assinantes e anunciantes, um Natal Feliz e um Novo Ano com tudo o que de bom da vida possamos esperar.

Sede

Almoço de Natal

Este ano, iremos organizar na Sede, o tradicional Almoço de Natal, no qual esperamos contar com grande número de associados, trabalhadores e familiares, para, em conjunto, celebrarmos esta época de evocação especial da família.

O almoço, a servir a partir das 12.30 horas do dia 18 de Dezembro, Domingo, e para o qual nos empenhamos para que constitua um bom serviço, constará de: creme de marisco, arroz de marisco e borrego à padeiro, com o acompanhamento das bebidas e sobremesas habituais nesta época.

O preço será de 3.500\$00 por pessoa, sendo o montante a pagar, por crianças até aos 10 anos de 1.750\$00.

As inscrições deverão ser feitas para o Gabinete de Relações Públicas, até às 18:00H do dia 14 de Dezembro, pelos telefones 7570422 ou 7570502 (ext. 212).

Quanto a atrações, bem, isso é surpresa!

Aguardamos por vós para mais um convívio em que a "família ADFA" seja protagonista.



Homenagem aos militares falecidos

No dia 2 de Novembro em organização do Quartel General do Governo Militar de Lisboa decorreu a Cerimónia de Homenagem aos Militares Falecidos que se desdobrou entre uma missa celebrada na Capela da Academia Militar, e romagem a cemitérios de Lisboa e alguns concelhos. A ADFA fez-se representar

Cerimónia do Armistício da Grande Guerra

No dia 13 de Novembro, em Cerimónia realizada na Avenida da Liberdade e organizada pela Liga dos Combatentes, foi comemorado o Armistício que pôs fim à Grande Guerra, e evocados os militares portugueses mortos naquele conflito.

Na cerimónia, presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, estiveram presentes o presidente e vice-presidente da Direcção Central, em representação da nossa Associação

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA — TELEFS.: 757 04 22 / 0502 / 0583 / 0645 / 0702 / 0781 — FAX 757 13 19

TRANSPORTES: Autocarros, 3 e 47, em frente ao Lar Militar, a 150 metros da ADFA. Aconselhamos a que se tome o metropolitano até à estação do Campo Grande e que aí se apanhe os referidos autocarros

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL
Médico: Dr. Fernando Brito
2.ª Feira 13:00h
5.ª Feira 13:15h

PSIQUIATRIA
Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h

UROLOGIA (Quinzenal)
Médico: Dr. Paulo Val
2.ª Feira 18.00h

PSICOLOGIA CLÍNICA
Dr.ª Fátima Cruz
2.ª Feira 14:00h às 18:00h
4.ª Feira 14:00h às 18:00h

SERVIÇO SOCIAL
Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

GAB. JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia, (não se dão consultas aos telefone)

Marcações: D.ª Helena Afonso

Marcações: D. Josefa

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

SETÚBAL

Clínica Dentária

Boca e dentes, próteses e Ortodontia
Condições especiais para sócios e familiares da ADFA

Praceta Fernando Alcobia n.º 19
(por detrás do Centro Comercial do Bonfim)

Horário de funcionamento:
2.ª, 4.ª e 6.ª das 09.00 às 19.00 horas
3.ª e 5.ª das 09.00 às 13.00 horas
marcações pelo telef. 065/524835

♦ mais informações contactar ♦
Delegação da ADFA de Setúbal



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA
Tel. 757 05 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica,
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA
Elo Sonoro: Centro de Produção de Material
da Segurança Social de Lisboa e Vale de Tejo

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque
António Carreiro, José Maia, Abel Fortuna, António Neves,
João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente,
as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo
da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1 100\$00
Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:
Europa: 1 800\$00
Fora da Europa: 2 100\$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1 300\$00

Tiragem desde número: 9 000 exemplares

Aveiras de Cima São Martinho



Tal como no ano passado, teve excelente participação, quer de associados e familiares, quer de amigos residentes na área dos concelhos de Alenquer Azambuja e Cartaxo, a noite de fado, levada a efeito na Casa do Povo de Aveiras de Cima, evocativa do São Martinho e comemorativa do 2º aniversário do núcleo da ADFA nesta localidade.

As mais de duas centenas de presentes, durante a tradicional ceia que terminaria cerca das 05.00 horas da madrugada, com o serviço dos típicos coscorões e café, assistiram a um momento de convívio e espectáculo fadista, cuja organização merece a classificação de impecável.

Não pode deixar de salientar-se, para além da amizade e disponibilidade, a categoria dos artistas intervenientes, começando pelo guitarrista Zé bacalhau e o viola João Chora, em igualdade de destaque com os cantadores Joaquim Calisto, Gia Amador, Joaquim Raposo Lurdes Amador, Dr. Rui Malaca, Luzia Abreu, Joaquim Gutierrez e Teresa Seabra, esposa de um militante elemento da comissão instaladora do núcleo.

Houve, no entanto, dois momentos que nos parecem merecer relevo pelo contraponto produzido naquela castiça noite: o brejeiro e vadio fado que, soltado das gargantas dos irmãos Joaquim Júlio e Zé Miguel, e acrescido do apimentado de algumas anedotas, levou ao choro, pelas gargalhadas, alguns assistentes; e o momento de profunda reflexão e poesia quando Maria do Rosário Cláudio, uma jovem, interpretou o sentir de um cego de guerra, ante a explosão que lhe levaria a

vista, e desta vez, por razão inversa, os olhos de alguns não esconderam a emoção.

Algumas palavras dirigidas aos presentes pelo presidente e 1º secretário da DC, deram o toque mais associativo da noite, à qual as entidades locais também aderiram, nomeadamente, o vereador Luís Ferraz Varino, em representação do presidente da Câmara Municipal da Azambuja, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia daquela Cidade e o presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, que, com um donativo, participou a organização do convívio.

O núcleo lançou, na ocasião, garrafas de vinho branco e tinto daquela afamada região vinícola, que lhe podem ser solicitadas e que importam no valor de Esc. 500\$00 cada.

Se foi muito agradável ver a confraternizar tão grande número de sócios, não podemos ficar, de modo algum, insensíveis à participação activa, durante a noite, de duas dezenas de sócios, trabalhadores e familiares da sede nacional.

A ADFA pode orgulhar-se da imagem que, naquela noite de 12 de Novembro, dela foi transmitida à comunidade daquela zona. O núcleo de Aveiras de Cima está de parabéns pelo trabalho tão dinamicamente desenvolvido, nos poucos anos que leva de existência. A comissão instaladora está a constituir um exemplo de dedicação pela forma como apresenta e divulga a nossa associação, e pelo trabalho desenvolvido quer na aglutinação dos associados quer na procura de deficientes das Forças Armadas daquela área, e que tem trazido ao conhecimento e seio da ADFA.

Direitos dos DFA ameaçados

Surpreendida por inacreditáveis notícias, produzidas na comunicação social, que afirmavam estarem em estudo medidas de alteração no pagamento de pensões, que preconizam revogação de legislação dos deficientes militares, a Direcção Central da Associação dos Deficientes das Forças Armadas emitiu, prontamente, um comunicado público dirigido aos órgãos de soberania, entidades e departamentos com intervenção na matéria, à imprensa e estações da rádio e televisão, com o seguinte teor:

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) tomou conhecimento da proposta da Caixa Geral de Aposentações para a revogação da legislação dos Deficientes das Forças Armadas (DFA).

A ADFA expressa, publicamente, a sua mais profunda indignação por estar a ser posto em causa o legítimo direito à reparação moral e material dos que se deficientaram ao serviço da Nação.

Esta proposta de revogação da legislação específica dos DFA surge ao arrepio de tudo o que, pública e solenemente, tem sido afirmado pelos diferentes Órgãos de soberania - Presidente da República, Assembleia da República e Governo - sobre a justiça e intocabilidade dos direitos dos deficientes militares.

A ADFA não aceitará que a integração social das vítimas vivas da Guerra Colonial, obtida a muito custo, venha a ser posta em causa por qualquer medida legislativa.

Os Deficientes das Forças Armadas saberão, de forma intransigente, defender a sua dignidade e direitos e não permitirão ser lançados na mesma situação de miséria em que foram os Inválidos da 1ª Guerra Mundial.

Após recepção do comunicado acima transcrito e audiência concedida à Direcção Central da ADFA, o Secretário de Estado da Defesa Nacional, dirigiu à nossa Associação o seguinte ofício onde expressa, na matéria em causa a posição do Ministério da Defesa Nacional:

Em referência à carta de V.Ex.^a, datada de 22 do corrente mês, dando conhecimento do comunicado distribuído por essa Associação aos órgãos de comunicação social, na sequência de notícias relativas a eventual revogação da legislação referente aos Deficientes das Forças Armadas, comunico que este Ministério não conhece os estudos a que as mencionadas notícias aludem.

Por outro lado, quero reiterar o nosso empenhamento no sentido de continuar a dar resposta aos problemas dos Deficientes das Forças Armadas visando o aperfeiçoamento do regime legal em vigor.

De resto, outra não poderia ser a orientação a seguir face ao consagrado no Programa do Governo, na área da Defesa Nacional, em matéria de política social, onde expressamente se menciona o propósito de prosseguir "melhorias na legislação referente aos Deficientes das Forças Armadas".

Com os melhores cumprimentos

António Jorge de Figueiredo Lopes
Secretário de Estado da Defesa Nacional

A ADFA está segura e ciente da justiça e intocabilidade dos direitos já reconhecidos a todos os deficientes militares e que a recompensa moral e material dos danos adquiridos serão sempre uma responsabilidade inalienável da Nação, mas entende, como sempre o fez, que a defesa dos direitos de quaisquer dos seus associados será encontrada na resposta adequada que deverá partir sempre da discussão participada e alargada destas situações por parte do todo associativo.

É, assim, imperioso que, todos e cada um de nós, se mantenha permanentemente informado, devendo, desde já, estabelecer contacto com os outros associados, com a sede, delegações e núcleos, que lhe porão ao dispor todos os dados conhecidos e as envoltórias, que, passo a passo, iremos desenvolver.

"ELO" assinaturas e publicidade

Publicamos, seguidamente, a nova tabela de preços de assinatura e publicidade no nosso jornal, a praticar a partir de 1 de Janeiro de 1995. Assim:

Preço por exemplar	Esc.	120\$00
Preço de assinatura anual	Esc.	1200\$00
Portes de correio: Europa	Esc.	2420\$00
Extra-Europa	Esc.	3740\$00
Guiné e S.Tomé	Esc.	2200\$00
Preço de publicidade: 1 página	Esc.	80.000\$00
1/2 página	Esc.	46.000\$00
1/4 página	Esc.	26.000\$00
1/6 página	Esc.	16.500\$00

Nota: Os preços de publicidade são acrescidos de IVA, e poderão ser negociados, caso a caso, em situação de publicação em diversas edições ou em que o anunciante seja associado da ADFA.

Núcleo de Alcobaça Almoço convívio 10 de Dezembro

A Comissão Instaladora daquele núcleo vai promover um almoço convívio, no dia 10 de Dezembro, sábado, pelas 13.00 horas, no salão Viamar, em Alfeizerão, meio caminho entre Caldas da Rainha e Alcobaça. A ementa constará de: sopa, bacalhau à Viamar, febras de vitela, fruta e doce, bebidas várias, café é "etc."

Haverá música ao vivo e, cerca das 16.00 horas, será servido um lanche. Parece-nos ser uma proposta muito alicianante para os associados e suas famílias de toda a zona oeste, um momento muito especial para nos revermos, reflectirmos e nos divertirmos.

O preço de cada inscrição, que deverá ser feita até dia 5 de Dezembro, para os telefones (062) 503133, 596253, 41492, 544283 e 41733, será de Esc. 2400\$00, por pessoa, reduzido a 50% por cada criança entre os 5 e os 10 anos.

Então, até lá! Marcamos encontro no dia 10 de Dezembro em Alfeizerão.

JARDINEIRO

◆
DIPLOMADO

Manutenção de jardins e espaços verdes
Edifícios públicos e privados
Tel. 757 05 02 ext. 225
(295 51 41 a partir das 18.00 h.)

"PORTÕES"

para abrir
não se canse

◆
Automatize-os com comando à distância
Orçamento grátis
Tel. 0931241310

19 de Novembro - 1º Aniversário da Sede

Jornadas de Reflexão Associativa

Texto de Armindo Roque Fotos de Farinho Lopes



No dia 19 de Novembro, 1º Aniversário da inauguração da nova Sede, realizou-se um dia de reflexão sobre a Política Nacional de Reabilitação, a Revisão Estatutária e as actividades do CRPG.

O CRPG foi elogiado como um exemplo a seguir, na área da reintegração, pois desenvolve um trabalho interdisciplinar em equipa, cujo centro é a pessoa deficiente.

No que concerne à Política Nacional de Reabilitação, o enfoque foi posto na marginalização, do papel da pessoa deficiente, na sua própria reintegração, pelo Estado e pelos "técnicos" que trabalham nessa área, em detrimento de um papel activo e protagonista que as ONG devem desempenhar.

Os trabalhos tiveram início às 10:30 H, com uma intervenção de José Arruda, onde analisou as recentes notícias sobre a revogação da lei dos DFA. Apresentou uma proposta de comunicado que foi amplamente discutida pelos sócios e cuja versão final vem noutra local deste jornal.

O presidente Direcção da Delegação do Porto fez a primeira intervenção, para introduzir a problemática do CRPG. Lembrou que no início, a Oficina de Próteses do Porto, tinha como objectivo imediato fabricar esses produtos e que se sentiram algumas dificuldades devido à competição, mas acabou por ter um efeito benéfico e moralizador nesta indústria. A partir de uma certa altura, a oficina de próteses era "mais um pesadelo do que um ex-líbris da ADFA", desta forma, a criação do CRPG, em parceria com o IIEP e a CER-CIGALIA, foi uma boa solução, e o trabalho desenvolvido por

Jerónimo de Sousa, nosso sócio, como Director daquela instituição, tem sido a todos os títulos louvável.

No entanto, talvez por incapacidade nossa, ainda não demos o salto qualitativo que se torna necessário, e isso passa por uma tomada de posição política de toda a ADFA.

José Teixeira acabou a sua intervenção apelando para uma posição pragmática, pois só podemos reivindicar, se primeiro nos prestigiarmos com acções credíveis, como é o trabalho desenvolvido pelo CRPG.

Jerónimo de Sousa fez em seguida uma exposição, onde

explicou a organização do Centro, realçou o facto de a sua estrutura não ser rígida, mas sim com um carácter interdisciplinar, onde as equipas actuam de forma interactiva e o deficiente ocupa o centro. A concluir afirmou que só desta forma se consegue um trabalho integral.

Fez depois uma exposição da organização e iniciativas do CRPG, que têm sido noticiadas mensalmente, numa página especialmente reservada para o efeito, no "ELO".

A terminar informou sobre os mais recentes projectos que estão em análise: um para a produção de palmilhas ortopédicas e que poderá vir a ser financiado pelo PEDIP; e um outro de um sistema de tele-assistência.

Couceiro Ferreira antes de encerrar os trabalhos da manhã, manifestou o seu orgulho e o da ADFA neste trabalho.

Seguiu-se o almoço, que foi servido no restaurante da Sede.

POLÍTICA DE REABILITAÇÃO

Da parte da tarde recomençaram os trabalhos com uma intervenção do presidente da Direcção Central, onde fez uma retrospectiva das alterações ocorridas no SNR, nomeadamente em 1992, quando o papel das ONG foi ainda mais diminuído neste Órgão, e que nessa altura a ADFA protestou contra esse facto.

Lembrou também que a ADFA desenvolveu esforços para que o MDN tivesse assento no Conselho Nacional de Reabilitação, o que veio a acontecer, e que actualmente está a envidar acções para que neste Órgão estejam representadas mais quatro ONG.

José Arruda falou ainda do importante papel que a ADFA teve na constituição da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

A terminar afirmou que a ADFA deve desempenhar um papel protagonista no movimento associativo de deficientes.

Pronunciaram-se vários associados sobre o papel da nossa Associação na discussão das ideias ao nível da reabilitação, ao nível do movimento associativo, ao nível de pressionar os vários instrumentos do poder sobre o que deve ser a política nacional de reabilitação. Que a ADFA "está a deixar passar um comboio, que é importante não deixar passar",

porque neste momento o movimento de deficientes em Portugal não existe. Foi citado o exemplo da notícia do "Independente", onde os sindicatos já se manifestaram e nós não reagimos de forma a chegar junto da opinião pública. Sobre esta área foi afirmado que nós participamos em reuniões, mas a informação fica sempre circunscrita a um muito reduzido número de pessoas e não se sabe o que se passa dentro da própria associação e muito menos de quais as tomadas de posição dos nossos dirigentes nas reuniões em que participamos. Isto foi considerado grave, pois cria um sistema que não nos permite alcançar os nossos objectivos, porque hoje muitas das questões de ordem social, ganham-se junto da opinião pública.

Foi considerado ainda que a ADFA, como a maior organização de deficientes, não pode fugir à sua responsabilidade histórica e tem de criar e dinamizar acções na área do movimento associativo de deficientes.

CATALISAR AS ENERGIAS

A Direcção foi interrogada sobre, agora que se aproxima o Dia Internacional dos Deficientes, o que é que a ADFA

vai fazer? Se vai realizar alguma acção conjunta com as associações? Pois há muitos problemas a nível da deficiência em Portugal e a ADFA tem que tratar desses assuntos, porque não podemos ser uma casa fechada sobre nós próprios.

Foi ainda dito que a Associação não está a ser o motor capaz de catalisar as energias e que as suas forças parecem estar dispersas.

Ao nível global da integração dos deficientes as soluções têm que ser encontradas no seio da responsabilidade da sociedade civil, porque os deficientes, antes de o serem, são cidadãos, que não querem ver os seus problemas solucionados através de acções caritativas e de boa vontade.

É neste quadro que a ADFA deve desempenhar um papel dinamizador, de liderança, até, se for possível.

Outras intervenções apontaram no sentido de se estar a cair num beco sem saída, num circuito fechado, onde os deficientes não são ouvidos. Que por outro lado não há interacção entre as diversas associações.

ESCURECIMENTO DA MEMÓRIA

No que concerne à actualização da ADFA considerou-se que existia um certo escurecimento da nossa memória, que estávamos afastados daquilo que esteve na origem do nosso aparecimento, a Guerra Colonial. Por esta razão poderá haver na opinião pública a ideia de que os deficientes das Forças Armadas são uns privilegiados, quando de facto o não são, e que inclusive há muitos deles numa situação desfavorável, como é o caso dos deficientes em serviço, e casos desesperados, entre os que não são considerados coisa nenhuma

ma e que até no nosso seio são esquecidos.

Por outro lado houve quem considerasse que já temos uma política definida nesta matéria, a que foi aprovada no Congresso, e por isso, o que é necessário é pôr essas conclusões em prática.

A discussão incidiu então no facto de a mensagem não passar, de o executivo não informar: houve sócios que disseram que não sabem que posições toma a ADFA no CNR, na FMAC, nos Congressos em que participa, etc.. Resumindo, ninguém fiscaliza o que faz a Direcção, ninguém sabe como e porquê são nomeados os nossos representantes a esses eventos, nem quais os pontos de vista que lá vão defender.

Alguém lembrou que em 15 de Maio deste ano, a ADFA organizou um Colóquio, para o qual foram convidadas muitas organizações, onde houve muitas reflexões sobre a política nacional de reabilitação, mas que depois essa discussão não teve continuação. Houve mesmo quem afirmasse que o executivo é "dono e senhor da instituição", mas que tem falta de liderança, não tem uma filosofia que arrebathe os sócios, e que estamos numa encruzilhada. E considerou-se que este problema não é apenas da ADFA, é de todas as associações que, pelo facto de dependerem economicamente do Governo, e ainda para mais de um subsídio que tem de ser negociado anualmente, se encontram politicamente tolhidas.

No fim do encontro alguns sócios ficaram a discutir a proposta de comunicado apresentada pela Direcção, e conjuntamente com os Órgãos Sociais, elaboraram um Comunicado para ser enviado à comunicação social, e que publicamos noutra local deste jornal.

Reunião de sócios

Decreto Lei dos DFA poderá ser revogado

Texto de Armindo Roque

Depois de terminada a AGN, no dia 26 de Novembro, o associado José Couceiro referiu que no "Independente" de 18/11/94, foi publicada uma notícia, sobre um eventual estudo efectuado pela Caixa Geral de Aposentações, no qual se falava entre muitas outras coisas, na ideia de "terminar com a protecção dos deficientes futuros das Forças Armadas" e de revogar a legislação dos deficientes das Forças Armadas, tendo em consideração que a guerra colonial já terminou há 20 anos.

Tal notícia já tinha motivado uma reunião, no dia 19/11/94, dos Órgãos Centrais da ADFA, que nesta data estavam em Lisboa, da qual saiu uma comunicação para o exterior, no qual se exprimia a indignação e repúdio pelo conteúdo da referida notícia.

José Arruda informou que face à informação divulgada por alguns órgãos de comunicação, acerca do estudo da Caixa Geral de Aposentações, onde sobressai o entendimento de que deveria ser revogada a legislação relativa a deficientes das Forças Armadas, a Direcção Central entendeu:

1) Elaborar um comunicado distribuído aos órgãos de soberania, às entidades públicas com intervenção na matéria e à comunicação social;

2) Expressar a sua indignação ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, em audiência ocorrida no passado dia 24 do corrente, face ao que aquele membro do governo, primeiro pessoalmente e depois formalmente, expressou o entendimento do Ministério da

Defesa Nacional, em carta a difundir;

3) Propor um grande debate associativo, a nível nacional que defina as grandes medidas e linhas de orientação que a ADFA deve prosseguir em matéria de reivindicação legislativa, frente ao momento actual.

Assim, exortam-se as delegações a aderir à disponibilidade já expressa de todos os órgãos sociais centrais, para a realização de encontros de estudo sobre a matéria, a realizar paralelamente com as assembleias gerais ordinárias de delegação, a fim de que o sentir nacional seja objectivamente expresso, leve à definição duma estratégia coerente por parte do Conselho Nacional e da Assembleia Geral Nacional, na garantia da manutenção de todos os

direitos já consignados pela legislação vigente aos deficientes militares e a forma mais adequada para providenciar à sua melhoria e ampliação.

SITUAÇÃO MUITO GRAVE

Lavouras Lopes, usou da palavra, e considerou que a situação lhe parece muito grave, uma vez que pende sobre todos os associados a possibilidade de lhes retirarem os direitos adquiridos, que com grande esforço conquistaram. Manifestou a convicção que por trás desta notícia estará a intenção política do Ministério das Finanças de revogar a nossa legislação.

Fez a analogia entre a intenção subjacente à notícia (revogar legislação dos deficientes, 20 anos após o fim da guerra colonial) e a situação dos inválidos da Grande Guerra, a quem em 1939 (20 anos após o fim da mesma) foi revogada a legislação especial que os protegia.

Adiantou que se deve criar um grupo de trabalho dentro da ADFA, que faça uma inventariação de todos os regimes especiais e que possa estudar uma forma de a ADFA vir a público, utilizando esses argumentos.

Houve outras intervenções, todas no sentido da defesa da nossa legislação, defendendo e apoiando os pontos de vista já anteriormente expressos.

Foram também apoiadas as medidas já tomadas pela Direcção Central, mas as preocupações manifestaram-se no sentido de que as acções não poderiam ficar por aqui, devendo-se continuar a agir, e rapidamente, levando, por exemplo, esta questão, à reunião da FMAC, que se vai realizar em Bordéus, a partir de 2 de Dezembro próximo e onde vão estar representantes da ADFA.

Loucuras de quem não rompe a solidão

Cambaleando, segue absorto, autómato, para o banho de fim de semana, em companhia que não conhece. Mal segura a toalha rija e áspera, húmida de saudades de outras de ontem, aveludadas de cheiro a pinheiro. Banham-no a ele e aos outros, ali na grande sala das banheiras, rotineiramente, maquinamente, desalmadamente, como bonecos de peles caídas, nus, despidos, desnudados, parados.

Deixa-se ensaboar, esfregar, limpar e vestir a camisa do uniforme já coçado, sem um gemido, sem uma palavra. A vida parou no instante em que no banho com muitas, se sentiu morto na privacidade ausente que sempre amou. Lembra no olhar, o enxugar de mansinho, suave, as gotas de água mais teimosas sobre a pele.

Lembra no coração o cheiro da manhã, o doce aroma das árvores do quintal, o Abril das janelas do quarto, o sol a inundar-lhe as pernas, a cara, carícias já tão distantes. Lembra os cabelos cuidados, a escova macia... deslizando suavemente. Lembra o pijama com botões pequenos, perdidos entre as variadas cores de fazenda. Os chinelos salpicados junto à banheira, e aquela maneira só sua de traçar o roupão. Lembra depois o abrir o álbum, folhear recordações da vida militar, afagar carinhosamente as fotografias, espalhar sobre aqueles seios negros, que ainda o parecem chamar, o olhar de tantos anos perdidos no infinito horizonte africano.

Acorda de repente do sonho, e como louco calmo, caminha no corredor frio, com muitos, para a camarata que não pediu, e cama que não conforta. Passa a mão direita pelo cabelo, caruma branca, agora ctespa. Lembra mais uma vez o banho e o roupão de muitas cores. A poltrona, o livro, os sons das vozes da família. Lembra o parar, a retoma de um beijo infantil, o fechar do poema da noite.

Fecha os olhos. Uma lágrima desliza, um soluço baixinho. O Homem que um dia foi, sonha com vózitas tão distantes, guardadas nas loucuras de quem hoje não rompe a solidão.

José Martins Maia

Aos próximos vinte anos

Ainda a respeito da revisão estatutária que tanta tinta já fez correr, e ainda faz!

Mais de vinte anos tem já a ADFA, anos vividos intensamente na implantação de uma estrutura associativa eficaz com vista à conquista, manutenção e desenvolvimento de direitos para os que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas, independentemente da raça, posto ou credo político. Podemos até considerar que, com o surgimento e inauguração da nossa primeira sede, de facto dá direito e de património, encerra-se um ciclo das nossas vidas riquíssimo de experiências associativas.

Estamos vinte anos mais velhos, a maioria de nós situa-se nas fasquias subidas dos 40's e dos 50's; e, muito embora o corpo e o espírito manifestem, ainda hoje, a dor da violência e o grito da diferença, a vida foi-nos moldando e nós a ela numa adaptação recíproca e contínua, criamos famílias, conquistamos alguma estabilidade e notoriedade em áreas da actividade diária, somos elementos mais ou menos inseridos e interventores na comunidade em que vivemos e, na maioria de nós associados da ADFA, as deficiências estão

estabilizadas, isto é, não apresentam carácter evolutivo ou existe está muito atenuado.

Mas, infelizmente, nem todos sentimos que assim é; uns por factores de ordem física e ou orgânica outros por deficiências do foro psíquico.

Cerca de 5% da totalidade dos associados da ADFA, um número que anda à volta dos 600, sentem profundamente no espírito e na carne o peso diário das grandes deficiências. Num processo evolutivo permanente que arrasta consigo familiares e amigos, médicos e demais pessoal de saúde, técnicos, políticos, religiosos, etc., os GDFA's são protagonistas reais dos pólos da vida, são a verdadeira essência da consciência associativa, são a bandeira e a afronta, são demonstração tantas e viradas vezes demonstrada em oportunidades de evidência e de confronto. À boa maneira portuguesa eles são uma reserva para a justificação sentimental da razão. E esperam, com alguma esperança, ver formal e plenamente reconhecida a importância do seu papel no contexto associativo.

Os grandes Deficientes das Forças Armadas, nome-

adamente os portadores de deficiências com características evolutivas, necessitam, urgentemente, do apoio associativo. Mas de um apoio proporcionado em solidariedades reais, palpáveis, prestações concretas que os ajudem, e aos seus familiares, a viverem o processo de agravamento da deficiência e o de envelhecimento natural com dignidade e sofrimentos minorados.

É chegada a altura de a ADFA se deixar influenciar decididamente por estes GDFA's porque, sendo eles profundamente diferentes, porque "mais deficientes" e porque não conseguem "deixar de ser grandes deficientes" nas pequenas coisas do dia-a-dia, não conseguirão obter, a continuar-se uma prática associativa de estratégias político-burocráticas marcadamente dominantes, a legítima satisfação na execução das grandes equações da reabilitação essas sim questões que por certo farão a diferença qualitativa na vida diária dos GDFA's. E o resto pouco mais é que acessório...Esta, a estratégia dominante que se propõe para o novo ciclo que agora se inicia na vida da ADFA, um novo ciclo de outros vinte anos. E co-



-Caro Amigo

10 de Dezembro Reunião Geral e Cinema



Vai para seis meses que nos reunimos para, pela primeira vez na história da nossa Associação, sermos nós próprios a fazer a análise conjunta dos problemas e das situações que se nos têm deparado ao longo da nossa vida vivida com paraplegia e identificar os prós e os contras do processo reabilitacional em que temos sido interventores e directos destinatários.

E, porque somos nós juntamente com nossas famílias quem sente a real dimensão e intensidade desta problemática, em todas as suas particularidades, ninguém melhor do que nós mesmos para a compreender e lhe dar um sentido de desenvolvimento. Como já anteriormente se disse, a nossa deficiência está em constante agravamento o que, se isso por um lado a diferencia de muitas outras grandes deficiências, por outro lado essa característica dinâmica provoca exigências crescentes ao processo reabilitacional impedindo-o de cristalizar numa só forma e num só conteúdo; é que, sendo a vida feita de mudança, também de mudança será a relação sociedade-deficiente numa tentativa permanente de equilíbrio e ajustamento, num espaço de solidariedade e humanismo.

Já lá vai o tempo em que a sociedade "retirava" os grandes deficientes da sua existência diária porque só os "perfeitos" tinham direito a vive-la; desde então a sociedade tem vindo a expurgar-se desses sintomas patológicos, ela sim estava verdadeiramente enferma e deficiente.

Nós existimos logo exigimos. Exigimos o direito de exercício das nossas diferenças. Mas se por um lado fazemos tal exigência, devemo-nos, por outro lado, obrigar a tomar parte activa intervindo na sociedade em consequência, não atirando com as nossas vidas e responsabilidades pela janela fora ou para cima de alguém ou de algo que nos passe ao lado; em última análise a nossa vida é nossa e somos nós quem a tem de viver e lhe dar sentido.

Juntos poderemos atingir mais e melhores objectivos, quer na vida associativa quer fora dela. Por isso é importante que nos reunamos para continuarmos o que iniciamos em 4 de Junho passado.

Assim, convidamos-te a tomares parte activa na próxima reunião-geral de paraplégicos a realizar em 10 de Dezembro próximo, pelas 10h30, na Sede Nacional da nossa Associação. Faz-te acompanhar da tua esposa; seria interessante que também as nossas esposas se reunissem para, entre elas, trocarmos informações, vivências, e projectos.

O Departamento de Reabilitação da ADFA (técnica de serviço social Fátima Almeida, ou funcionária Josefa Lopes, ou ainda o nosso colega Alberto Pinto da secretaria) para confirmares a tua presença e de acompanhantes ou para solicitares apoio que eventualmente necessites.

...mas comparece! Um abraço de camaradagem associativa.

- 10H30 - Início da Reunião Geral (Orientação a cargo do grupo coordenador do projecto)
- a) Análise da actividade do projecto desde a 1ª reunião geral de 04/06/94
- b) Informação a solicitar e a prestar pelos presentes e por membros da Direcção Nacional da ADFA
- c) Estabelecimento de objectivos e de actividades para o próximo ano de 1995
- 13H30 - Almoço de confraternização nas instalações do restaurante da ADFA
- 15H30 - Apresentação e passagem do vídeo filme "Artº91"

O Grupo Coordenador do Projecto 2+4

mo dar suporte formal a esta estratégia? A estrutura orgânico-funcional da ADFA deverá reflectir inequivocamente esta intenção social e, para que assim seja, é necessário que ela se deixe penetrar por uma nova forma de estar, menos para o aparelho mais para as pessoas, menos para os aparentes equilíbrios formais, mais para o valor da acção real.

As grandes questões associativas devem passar em sede própria - um Congresso dinâmico e liderante; as análises, as compreensões, os estudos, as propostas, as críticas, enfim as orientações relacionadas com tudo o que seja matéria sócio-técnico-científica de reabilitação deverão correr também em sede especial a instituir para o efeito - um Conselho Nacional de Reabilitação

No que se refere ao Congresso temos já a prova provada da eficácia e atribuições mais vastas e abrangentes que o devem caracterizar, muito para além das que ainda hoje estão consignadas no nº2 do artº36 dos actuais estatutos. Na realidade o 3º Congresso foi rotura deste entendimento legitimada por uma aspiração colectiva de adaptação às novas realidades

sociais, nacionais e internacionais.

Quanto ao que agora se propõe pela primeira vez - o Conselho Nacional de Reabilitação, a ideia é criar e desenvolver uma estrutura emergente das áreas das deficiências que, em paralelo com o restante aparelho orgânico associativo e assessor, e condicione, em função de prioridades estratégicas que o processo reabilitacional dos grandes deficientes deva assumir no todo associativo. Este órgão colegial deverá ser constituído por representantes de cada área de deficiência, eleitos para essa finalidade, e orientado e coordenado por uma mesa eleita dentre aqueles mesmos representantes, e representando, de forma delegada nas estruturas regionais. Esta estrutura associativa exercerá competência no âmbito de atribuições hoje a cargo do Congresso(nº2, artº36º dos Estatutos) mas, muito mais do que uma acção meramente técnica no campo da reabilitação ela deverá fazer inflectir, decididamente, as prioridades associativas para o campo da protecção social, económica e jurídica.

Não constituindo, as pes-

soas com deficiência, um grupo uniforme de indivíduos com a mesma necessidade de apoio, não se afigura coerente que na ADFA as tendências sejam contrárias pretendendo nivelar o que à partida é diferente. O direito à diferença deve começar deve começar a ser exercido dentro das nossas portas.

Em paralelo, e como reforço do papel individual dos grandes deficientes na vida associativa, propõe-se a institucionalização de pesos diferentes para os seus votos, pesos proporcionais ao da deficiência e ao do seu número no total do número de associados já que, sendo os grandes deficientes uma minoria associativa é necessário e legítimo contrabalançar o peso numérico do seu associativismo.

O que aqui se propõe não é inédito, no entanto, nunca foram criadas condições para que estas verdadeiramente grandes questões associativas vissem a luz da discussão alargada. Vai sendo tempo de se abrirem as últimas das ainda fechadas "arcas encoiradas".

Um abraço de solidariedade associativa.

Armando Guedes da Fonte

Delegação de Famalicão

Festa de Natal/94 Tragam os netos também

Todos os anos por esta altura, debatemo-nos com o mesmo problema de sempre, ou seja, a realização da nossa Festa de Natal e em que moldes.

A verdade é que, de ano para ano, vamos ficando mais velhos e os nossos filhos, com raras excepções, já há muito passaram os doze anos.

Que fazer para ter crianças na nossa festa?

Pensamos que como alguns de nós já têm "netos", (como os anos passam!), abrir este ano, como experiência, a festa também aos netos dos nossos associados.

Para que tudo possa correr bem, agradecemos nos devolvas devidamente preenchido o boletim de inscrição dos teus filhos ou netos até aos 12 anos, o mais rápido possível. Lembra-te que as "prendas" têm que ser compradas a tempo e horas, e para que tudo corra bem, temos que saber quantas crianças teremos na nossa Festa de Natal.

A Festa de Natal/94, será no dia 11 de Dezembro, Domingo, de manhã, no cinema "Cine-Teatro Augusto Correia" nesta cidade como habitualmente, com início às 09.30 horas e tendo como programa os já habituais palhaços, um ventríloquo, um ilusionista e um pequeno cantor.

No intervalo da festa, será sorteada entre os presentes da mesma, um bicicleta de montanha.

Como também já é habitual, vamos realizar o nosso sorteio de apoio à festa, mantendo-se o preço da rifa igual ao do ano passado e tendo como prémios, uma TV a cores, um forno-micro-ondas e uma fritadeira, os quais serão sorteados pelos quatro últimos algarismos da última Lotaria Nacional do mês de Novembro deste ano.

Apelamos à compra das rifas. Pois só desta forma conseguiremos que esta festa continue ano após ano, visto os custos com a sua realização serem cada vez mais elevados e o orçamento ordinário desta Delegação não poder comportar todos os custos.

Se porventura não quiseres ou não poderes ficar com todas as rifas, desenvolve-nos juntamente com o Boletim as que não quiseres.

O prazo para pagamento das rifas e do envio dos boletins, termina em 28 de Outubro de 1994.

- Contamos como sempre contigo. Ajuda a tua Delegação. Colabora.

Lembra-te que a Festa de Natal é dedicada aos nossos filhos, este ano também aos nossos netos e que é lá que nos reunimos com as nossas famílias em alegre e sã camaradagem.

NOTA: Chamamos a vossa atenção para o facto de os prémios do sorteio e as prendas só poderem ser levantados com a apresentação do cartão de sócio com as quotas em dia (face aos estatutos).

Não se guardam prendas.

SEGUROS:

No sentido de oferecer aos seus associados um conjunto de regalias cada vez maior e melhor e sem quaisquer dispendio de custos extras, pois só é necessário ter as quotas em dia, a direcção desta delegação conseguiu, através do contacto-correctores de seguros, um protocolo de colaboração e prestação de serviços, com a companhia de seguros Royal Exchange Assurance, no sentido de o associado da ADFA ter acesso a um pacote de seguros em condições muito vantajosas, as quais não são possíveis de conseguir no mercado geral, individualmente.

De início, esse pacote englobará os seguintes ramos:

1. Automóvel
2. Ocupantes
3. Multirisco habitação (edifício)
4. Multirisco habitação (recheio)
5. Acidentes de trabalho (empregada domestica)
6. Acidentes pessoais
7. Protecção familiar.

No próximo jornal, serão dadas mais informações sobre este assunto.

Para qualquer caso urgente, agradecemos seja contactada a Delegação de Famalicão, através do tel./fax (052) 322848.

FUNCIONAMENTO DO BAR:

Encontra-se, presentemente, o seu funcionamento em fase transitória e de estudo, estando a sua abertura condicionada a determinados períodos.

A secretaria e o bar estão a abrir alternadamente, sendo o funcionamento de ambos de segunda a sexta-feira e ao sábado de manhã, assegurado pelo único funcionário desta Delegação.

ARTIGOS DE PUBLICIDADE

Informam-se todas as delegações e a Sede de que temos em stock os seguintes artigos com publicidade da ADFA:

Artigo	Recomendado =	Preço Venda
A) Chávenas de café	350\$00	
B) Chávenas de meia de leite	400\$00	
C) Cinzeiros de porcelana	350\$00	
D) Bonés tipo americano	450\$00	
E) Guarda-chuvas	1.500\$00	
F) Relógios	2.600\$00	

Todos estes artigos carecem de encomenda prévia e serão cedidos à Sede e restantes Delegações, a preço de custo.

ARTIGOS PARA AUTOMÓVEIS

Vamos celebrar um protocolo com a firma "Lino-Pneus" desta cidade, no qual o sócio da ADFA terá descontos significativos nos produtos por ela comercializados, tais como, pneus de todas as marcas, jantes especiais e volantes desportivos, logo que possível, transmitiremos todos os dados julgados por necessários.

A DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Delegação de Faro

Festa de Natal

No dia 17/12/94, pelas 16.00 horas, realizar-se-á a tradicional Festa de Natal desta Delegação, com comes e bebes à descrição para todos os sócios e familiares que queiram participar:

Os sócios interessados devem inscrever-se até às 18.00 horas, do dia 15/12/94, pelo telefone 28515.

Vamos ter conjuntos musicais e a festa é feita na sede desta Delegação, na Rua de S. Pedro, nº 30, 8000 Faro, e os participantes devem ter as suas quotas em dia.

Todos são bem-vindos, agradecendo a marcação antecipadamente, porque é necessário encomendar as coisas com a devida antecedência.

Não falem, e, quem quiser, pode e deve trazer o seu bolo e vinho caseiro, fruta da região e cantar as suas canções ou dizer os seus poemas, livremente, com colegas e amigos da velha guarda.

A Direcção da Delegação

Delegação da Madeira

Festa de Natal

Informamos que a "Festa de Natal" da Delegação da ADFA Madeira, realizar-se-á no dia 11 de Dezembro do corrente ano, nas instalações da Banda Municipal do Funchal, sita à Rua 31 de Janeiro, 117, no Funchal, com início às 11.30 horas.

As inscrições são obrigatórias a todos os participantes, e devem ser feitas na sede da Delegação ou através do telefone nº 65171 ou 742795, até ao dia 8 do mesmo mês.

A Direcção da Delegação

Coimbra

Jantar de convívio do Natal 94

Em 10 de Dezembro, à semelhança de anos anteriores, promovido pela Secção de Dinamização, esta Delegação irá organizar um jantar de confraternização entre associados, na bonita cidade de Cantanhede, no restaurante a Marisqueira, a partir das 19 horas, Rua Dr. Sá Carneiro, estrada de Cantanhede para a Figueira da Foz.

Numa zona de forte implantação da ADFA, acreditamos que a iniciativa se traduzirá numa grande jornada de convívio associativo.

Quanto ao repasto, será composto por: Caras de Balhau com hortaliça, cabrito assado no forno, Vinho da região, bebidas, café digestivos, fruta e doce.

Preço por pessoa—3.000\$00

Inscrições na Delegação de Coimbra telef. 27712

A Direcção da Delegação

Porto

20º Aniversário da Delegação 7 de Dezembro

A M.A.G.D. do Porto não quer deixar passar a comemoração do 20º Aniversário da fundação da Delegação sem vir, pelo Jornal que a todos nos une, realçar o alto significado que a data encerra, pelo papel que a Direcção tem sabido desempenhar no contexto da vida associativa da ADFA e pelo contributo que os sócios sempre deram de forma empenhada e solidária.

Ao longo dos 20 anos, em todos os momentos decisivos da afirmação da nossa Associação, quer em defesa dos valores e objectivos, quer em defesa dos justos direitos conquistados, a Delegação sempre soube ocupar o seu lugar na primeira linha.

A permanente disponibilidade dos seus sócios foi a mola impulsora do grande desenvolvimento atingido pela Delegação e do êxito obtido nas suas iniciativas, nomeadamente na criação e desenvolvimento do C.R.P.G..

Foi e é garantia de que o rumo associativo se manterá compatível com os objectivos e com as responsabilidades criadas.

Foi e é garantia de que a vontade expressa pelo todo associativo será respeitada.

Neste momento, quando deveriam surgir sinais para o reconhecimento dos direitos que a alguns ainda são devidos, surgem sombras ameaçadoras a pôr em causa os justos direitos conquistados.

A M.A.G.D., preocupada com os sinais vindos ao conhecimento público alerta e exorta ao reforço da nossa disponibilidade associativa.

Ciosa do significado desta data, 7 de Dezembro, manifesta a todos o seu reconhecimento e a todos dirige os parabéns.

Aproximando-se mais uma época Natalícia, não queremos deixar de dirigir aos sócios e familiares Votos de um Bom Natal e de um Feliz Ano Novo.

a MAGD do Porto

20.º Aniversário da Delegação do Porto

Para comemorar o evento, a Direcção da Delegação, com a colaboração de uma das mais antigas e prestigiadas marcas de Vinho do Porto, faz o lançamento de uma garrafa cujo rótulo abaixo se apresenta.


C.A.L.E.M.


**20 ANOS
PORTO**

ENVELHECIDO EM CASCO
ENGARRAFADO EM 1994

ENGARRAFADO ESPECIALMENTE PARA

ADFA

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES

DAS

FORÇAS ARMADAS

DELEGAÇÃO DO PORTO

20º ANIVERSÁRIO

1974-1994

75cl.e A. A. Calem & Filho, Lda 20%Vol.
Porto - Portugal

Por se tratar de um vinho especial, além do significado que para nós deve ter, enriquecerá garrafeira e será uma boa oferta para um bom amigo.

Tratando-se de um número limitado de garrafas, faz a tua reserva na delegação.

Assembleia Geral da FMAC

Vai realizar-se em França, na cidade de Bordéus, capital mundial do vinho, de 2 a 6 de Dezembro, a 21ª Assembleia Geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, reunindo-se por seu lado, e como é usual, na véspera do início da Assembleia, o 52º Conselho Geral daquela organização internacional.

A reunião que incluirá, como habitualmente nestas realizações, uma cerimónia de homenagem aos ex-combatentes falecidos, debruçar-se-á sobre uma alargada série de problemas de onde emergem, a aplicação, nos diversos países, das recomendações da 6ª Conferência Mundial sobre legislação da FMAC, realizada em Lisboa em Março de 1994, para além de encontros das diversas Comissões, da Europeia à Africana, da da Ásia e Pacífico à das Mulheres, sempre com o pano de fundo da definição de qual o papel do ex-combatente nas acções pela paz, segurança e solidariedade internacionais.

Uma inovação nesta Assembleia Geral, e introduzida por sensibilização da nossa associação, constitui a comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a 3 de Dezembro, ocasião em que, em Sessão Plenária, a nossa delegação fará aos participantes a comunicação que seguidamente transcrevemos:

É uma honra para a Associação dos Deficientes das

Forças Armadas e para mim próprio, deixar aqui, nesta sessão solene para a celebração do Dia Mundial das Pessoas com Deficiência, a nossa mensagem e o nosso apelo.

A nossa Associação nasceu, há vinte anos, tendo como objectivo principal a reabilitação dos deficientes militares e dos deficientes em geral.

Temo-lo feito com vigor, com perseverança, arduamente até, e por isso mesmo, nos é particularmente grato saudar o trabalho de todos os que contribuem para a realização daquele objectivo, como é o caso dos presentes, e sobretudo saudar os próprios deficientes de todo o mundo no dia que lhes é especialmente dedicado.

Falar de deficientes é equacionar um complexo de aspectos múltiplos. O primeiro deles é, naturalmente, fazer a reafirmação da pessoa, do indivíduo, do cidadão, aspecto que não raras vezes é esquecido, realçando-se a deficiência em detrimento daquele que a sofre.

Ao fazer esta reafirmação estamos já a abordar uma vertente que se nos afigura essencial nesta temática: a mudança de mentalidades em relação à pessoa com deficiência.

As atitudes e comportamentos têm, necessariamente, que reflectir o carácter de pessoa, de sujeito de direitos e deveres do indivíduo portador de deficiência.

Desde a primeira hora que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem batido neste objectivo e, não obstante os progressos, continuamos a constatar a necessidade da insistência permanente neste desiderato. Esta postura, perante o cidadão com deficiência, é a base de toda a reabilitação. Não poderá haver reintegração de qualquer espécie sem a aceitação plena do indivíduo com deficiência, como pessoa, como cidadão de plenos direitos.

Esta mudança de mentalidades com a consequente alteração de atitudes e comportamentos, tem imediatamente como corolário, a participação efectiva da pessoa com deficiência nas matérias que o afectam. Pois que se é pessoa, se é sujeito com maiores ou menores capacidades, e interessado, naturalmente que é ele que, em primeiro lugar, tem o melhor conhecimento e as melhores sugestões de forma a contribuir para a resolução dos problemas.

A reabilitação dos deficientes militares assume aspectos particulares. Desde logo porque, na generalidade dos casos, não se trata de uma preparação mas sim de uma preparação para a vida e que passa pela reparação dos danos morais e materiais sofridos em prol do país.

Parecendo liminar, o reconhecimento das Nações, mesmo no plano moral, aos seus

deficientes militares, é facilmente protelado para o esquecimento, não se lembrando às gerações vindouras e vindo a originar situações de desintegração, designadamente social e económica, sobretudo e, em regra, quando os deficientes militares mais necessitam - durante a terceira idade.

Por outro lado, o esquecimento leva, por vezes, ao alheamento dos Governantes e até à tentação - já em certos casos levados à prática - da revogação de direitos, outrora concedidos aos deficientes de guerra, o que se considera de todo, inadmissível.

Vêm a seguir todas as outras vertentes da reabilitação, desde a funcional à profissional, desde a social à económica, tendo em vista a integração plena do indivíduo portador da deficiência.

É na sua implementação prática que surgem as dificuldades, quer na elaboração da legislação, quer na sua aplicação.

A Federação Mundial dos Antigos Combatentes tem desempenhado um papel dinamizador de troca de experiências e informações e de comprometimento dos próprios Governos na definição de princípios e medidas a adoptar, através das Conferências sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra.

A última - a 6ª Conferência - teve lugar em Lisboa, em Março passado, onde com a

participação de associações e governos de 53 países foram aprovadas 49 recomendações visando a melhoria das condições de vida dos Antigos Combatentes Deficientes e que agora urge adoptar ao nível das legislações nacionais.

Aqui vos deixamos este nosso apelo.

A diferente natureza dos conflitos após a IIª Guerra Mundial, por um lado, e as dificuldades de toda a ordem sempre presentes na reedificação de qualquer nação, por outro, avolumam os problemas dos Antigos Combatentes Deficientes e impedem, por vezes, as nações de, só por si, de lhes darem resposta.

A comunidade internacional, pensamos, tem aqui um papel importantíssimo a desempenhar, talvez através das Nações Unidas.

O mundo actual não pode fazer guerras, nem acordos de paz sem neles equacionar a resolução dos problemas dos deficientes e das vítimas de guerra.

Há que alertar a comunidade internacional que não pode deixar de considerar nos custos da guerra os maiores de todos - os custos humanos; e há que estabelecer o princípio de que quem apoia a guerra também tem, e necessariamente, que apoiar a reparação dos seus danos, mormente a reabilitação e integração dos deficientes de guerra.

É tarefa das nossas ONG's insistir e mesmo pressionar os Governos de todo o mundo no sentido não só de dar a protecção adequada aos seus deficientes de guerra com

também se responsabilizarem e contribuir para os de outros países que apoiaram. Talvez que este seja mais um caminho para a paz que tanto prezamos.

As Nações Unidas não possuem um serviço que estude a situação dos deficientes de guerra, que faça a concertação e coordenação de acções a empreender.

Também não foi adoptado nenhum código ou declaração de direitos dos Antigos Combatentes Deficientes, não obstante a existência desde 1968 do documento elaborado e difundido pela FMAC "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra" (Doc WVF 2051).

Sr. Presidente como homenagem aos deficientes de todo o mundo e aos deficientes militares em particular, lançamos aqui um desafio à FMAC e um apelo a todos nós para que nos unamos no sentido de trabalhar a fim de que as Nações Unidas venham a criar um serviço específico para os Antigos Combatentes Deficientes e a adoptar uma Declaração de Direitos dos Antigos Combatentes Deficientes com base nos "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra", já amplamente reconhecidos internacionalmente.

Na edição de Dezembro esperamos dar uma detalhada informação sobre esta importante reunião internacional da FMAC.

9º Congresso Internacional do IKK (Organização Alemã dos Cegos de Guerra) Deficientes de Guerra na Alemanha

Está a realizar-se, de 26 a 30 de Novembro, em Braunschweig, na República da Alemanha, o 9º Congresso do IKK, a fim de debater toda uma série de problemas, bem como a realidade com que se confrontam os Cegos de Guerra Alemães. Este Encontro é, como usualmente, participado por cegos de guerra de muitos outros países, entre os quais Portugal, que, através da nossa Associação, ali se faz representar na pessoa dos associados Jorge Maurício e António Neves.

Naquela reunião, serão debatidos também problemas que abrangem os cegos de guerra de todo Mundo, e as suas viúvas, estando igualmente, segundo o programa divulgado, em análise a aplicação das recomendações da 6ª Conferência Internacional sobre legislação da FMAC, que se realizou em Lisboa em Março de 1994.

Os nossos representantes, após esta Encontro, deslocar-se-ão a Hamburgo, onde visitarão o respectivo Hospital Militar, em que ambos frequentaram os serviços de reabilitação e apoio protésico, a fim de se inteirarem das actuais inovações e realidades daquela unidade de saúde militar, que reportarão a quando do seu regresso. O Elo, na sua próxima edição, far-se-á eco, esperamos que detalhado, desta importante

realização dos cegos de guerra; podemos, no entanto e desde já, adiantar as comunicações que os dois referidos associados farão àquele Congresso:

Documento 1
Quando nos propusemos desenvolver esta breve comunicação, dirigida aos participantes do 9º Congresso Internacional dos Cegos de Guerra, tivemos bem presente a forma brutal e violenta como aos vinte e poucos anos, em plena força da vida, ficámos privados da visão em consequência de um qualquer acto de guerra ou no cumprimento do serviço militar

É esta dicotomia, a violência, a brutalidade e o inesperado do acontecimento, por um lado, a idade, a maturidade, a violência e os conhecimentos já adquiridos, por outro, que quanto a nós caracterizam o cego de guerra e de um modo geral lhe definem linhas de conduta para o futuro e o distinguem da generalidade dos outros cegos.

Em muitos casos o cego de guerra é simultaneamente multi-deficiente, mas a contrapartida a esta enorme desvantagem tem atrás de si a força interior e a capacidade de luta próprias da juventude, que alicerçadas num espírito de corpo com outros deficientes militares, lhe dão a capacidade de reivindicar e lutar pe-

los seus direitos junto do poder constituído.

Nas últimas décadas, graças ao enorme desenvolvimento científico e tecnológico, nomeadamente na área da electrónica, têm sido produzidos equipamentos de uso mais ou menos comum, mas que devido a certos componentes que os incorporam, se tornam especialmente aptos a ser usados por pessoas cegas. Referimo-nos concretamente a todos os aparelhos dotados de indicadores sonoros ou de processamento de voz e de um modo geral, a todos os sistemas computadorizados que vieram revolucionar completamente e alargar, as possibilidades de aprendizagem, de comunicação e informação escrita dos cegos, abrindo-lhes assim novos horizontes.

Torna-se pois necessário que os governos e organismos responsáveis pela reabilitação e reintegração social, profissional e vocacional das pessoas deficientes, para além dos aspectos legislativos, sócio-económicos e de atendimento hospitalar e protésico, assumam também o compromisso de estar atentos à evolução técnico-científica e evocarem o fornecimento destas ajudas técnicas como um factor de primordial importância para a resolução de muitas das dificuldades inerentes à deficiência.

Senhores congressistas,

camaradas e amigos, estamos na era das tecnologias de ponta dos computadores e da robótica, que colocam à disposição múltiplas formas de dar solução às dificuldades do dia a dia e superar, em parte, a deficiência visual adquirida.

Considerando ser pertinente tomar medidas concretas que permitam ao cego de guerra ter acesso a esses equipamentos, a delegação da ADF, propõe a este 9º Congresso Internacional dos Cegos de Guerra, que sejam tomadas as seguintes resoluções:

1. Que os Governos reconheçam a vantagem do recurso aos meios informáticos e aos equipamentos dotados de sintetizador de voz, como ajudas técnicas de primeira necessidade e que legislem nesse sentido.

2. Que todos os equipamentos que pelas suas características especiais possam ser utilizados pelos cegos e assim considerados ajudas técnicas, sejam objecto de um tratamento fiscal de excepção, quando da sua importação ou aquisição.

Sr. Presidente, ao longo dos vinte anos de existência da ADF, para além das justas reivindicações que sempre soubemos apresentar às entidades oficiais, nunca esquecemos a nossa própria participação activa nas áreas de integração e reabilitação

sócio-profissional, imprimindo-lhe uma dinâmica própria e, podemos dizer, estando sempre na primeira linha.

Por isso Srs. Delegados, daqui lanço um desafio a todas as Delegações presentes e a todas as Associações congéneres, que unamos esforços para que os cegos de guerra se sintam cada vez mais independentes e auto-suficientes, propondo-vos:

1. Que as Associações de Cegos de Guerra ou as que os representam, se encontrem anualmente em reuniões de trabalho para troca de informações sobre aspectos relacionados com novos métodos de reabilitação ou inovações tecnológicas e ajudas técnicas, surgidas nos diferentes países.

2. Que seja criado e permanentemente actualizado, um banco de dados, partilhado por todas as Associações que adiram ao projecto, e para o qual será canalizada toda a informação que contemple as seguintes áreas:

a) Equipamentos especialmente concebidos para cegos, suas características e aplicação, origem e comercialização.

b) Equipamentos que pelas suas características possam ser considerados ajudas técnicas, suas características especiais e aplicação, origem e comercialização.

c) Empresas que produzam e ou comercializem os

equipamentos mencionados em a) e b).

d) Organizações e entidades estatais ou particulares que tratem a problemática dos cegos nas suas múltiplas vertentes.

A ADF, como proponente desta iniciativa, disponibiliza desde já os seus meios e estruturas, para que os primeiros passos sejam dados se este projecto merecer a aceitação e aprovação das diferentes Associações aqui representadas.

No âmbito das actividades de lazer e ocupação de tempos livres não podemos ficar indiferentes à grandiosa obra desenvolvida pelo BKD, na qual este maravilhoso centro onde nos encontramos é um exemplo, para além dos outros que sabemos existirem no país bem com a assistência prestada aos seus associados. São estas Experiências e formas de estar que devem merecer a atenção de todos os responsáveis, para que em cada país e na medida do possível, possam ser implantadas e colocadas à disposição daqueles que, ao serviço da comunidade, perderam o mais importante dos sentidos, a visão.

Finalmente senhores congressistas gostaríamos de aqui vos expressar o novo entusiasmo pela prática de um hobby que consideramos ser uma verdadeira jazer e ou comercializem os

Texto: ArmindoRoque
Fotos: Farinho Lopes

Colóquio "A Imagem dos Deficientes na Imprensa" A marginalização do silêncio

As comemorações do 20º Aniversário do "ELO", tiveram o seu ponto alto na realização de um colóquio subordinado ao tema "A Imagem dos deficientes na Imprensa" organizado pelo Grupo de Estudos e Documentação (Programa Horizon) que se iniciou às 18:00h findo o qual se seguiu o tradicional Jantar do "ELO".

Estiveram presentes cerca de uma centena de sócios e convidados de diversas associações.

Na mesa estavam o Secretário Nacional de Reabilitação Adjunto, António Barroso, que presidiu; o presidente da Direcção da ADFA, José Arruda; o representante do Vereador do Pelouro da Cultura da CML, Lopes Victor; o Director do "ELO", Patuleia Mendes; o responsável do Grupo de Estudos e Documentação (GEDA), Lavouras Lopes; Luísa Schmitz, do "Expresso"; Joaquim Miranda, da RTP; Cid dos Santos, da "TV Mais"; e António Calvino, primeiro Director do "ELO".

Não é objectivo desta reportagem analisar de forma aprofundada este colóquio, devido a falta de espaço, isso será feito no próximo "ELO". Iremos por isso dar apenas alguns tópicos daquilo que nos pareceu mais relevante neste trabalho.

Patuleia Mendes abriu o colóquio com a apresentação dos intervenientes, tendo depois afirmado que o "ELO" é, passados estes 20 anos, uma referência na área da deficiência, que muito contribuiu para a alteração das mentalidades na sociedade portuguesa.

Agradeceu a todos os que se dignaram comemorar conosco estes vinte anos de luta pela defesa da dignidade dos deficientes em geral e dos DFA em particular.

A terminar afirmou que, "embora os horizontes sociais possam não ser os mais cor de rosa, nós estamos aqui para abanar a opinião pública, para abanar as ideias retrógradas, para que aqueles que são contemporizadores ou conservadores, vejam a verdade: nós somos gente, nós sabemos fazer, meçam-nos as capacidades não as incapacidades".

A IMPRENSA E OS DEFICIENTES

Lavouras Lopes, responsável do Grupo de Estudos e Documentação que promoveu este colóquio, apresentou as conclusões do estudo efectuada por esta equipa, que teve como base a análise do Diário de Notícias de 1918 até à actualidade.

Começou por afirmar que os deficientes são vítimas de marginalização pela sociedade, cuja condição desencadeia nas pessoas sentimentos de piedade e de repulsa, em função dos quais são desvalorizadas as suas reais capacidades de deficientes e valorizadas em excesso as suas limitações, que são de facto vítimas das barreiras culturais da integração. A Imprensa é um excelente meio que poderá deter-

minar a mudança ou a preservação da imagem que as pessoas têm dos deficientes. Ela pode melhorar tal imagem, mas também pode ser um meio privilegiado da confirmação ou reprodução das imagens herdadas. Mas essencialmente a imprensa peca por omissão.

Sobre a Imagem do mutilado da Grande Guerra, podem considerar-se dois períodos distintos: de 1918 a 1928 em que os deficientes têm existência na opinião pública; outro a partir de 1928 em que desapareceram das páginas do jornal.

A imagem dos deficientes não militares de 1918 a 1968 é caracterizada por uma omissão inicial e depois pela definição progressiva de alguns contornos. Assim, até 1968, a imprensa quase não aborda esta

to, e as próprias linhas editoriais também". Adiantou no entanto que "há um fraco acção mediática por parte dos deficientes".

"No que concerne aos jornalistas há também uma dificuldade crucial na abordagem ao tema" naquilo que chamou "normalização versus excepcionalidade, ou seja, há uma contradição: por um lado normalizar a questão, integrando a pessoa de que se está a falar enquanto cidadãos como quaisquer outros, mas por outro lado excepcionalizar porque exigem atenções especiais. É necessária uma normalização atenta e uma excepcionalização não segregante...e fazer uma articulação destas duas coisas não é simples...e não facilita a capacidade de comunicação".

Joaquim Miranda come-

Chamou a atenção para o fenómeno segregador que existe dentro de cada um de nós e que muitas vezes não tem nada a ver com o ser-se deficiente ou não, ou com a cor da pele: "é algo que preexiste em nós". Que os comportamentos segregadores fazem parte de um todo, que é o mau comportamento social. Resumindo é um problema de cidadania.

UM GRITO DE REVOLTA

Falou por último António Calvino que, com a sua modéstia habitual, afirmou que o facto de ter sido o primeiro Director do "ELO" não lhe traz nenhum estatuto especial, pois conforme tinha sido ele, podia ter sido qualquer outro.

Destacou o facto de que o



problemática. A partir de 1968 verifica-se um salto quantitativo e qualitativo no domínio das notícias sobre reabilitação -os deficientes começam a ser olhados como pessoas menos incapazes e com mais Reabilitação.

A imagem dada dos deficientes da Guerra Colonial, pela imprensa, é quase opaca. Em 1968 há apenas uma única notícia sobre deficientes militares.

Com a liberdade reconquistada em 25 de Abril a temática dos deficientes deixou de ser "tabu" e a mesma passou a ser amplamente discutida, principalmente, após a constituição formal da ADFA, em 14 de Maio de 1974.

Na actualidade, a imagem

çou a sua intervenção rectificando que nunca foi jornalista mas sim realizador.

Começou por afirmar que a comunicação social tem mostrado ao longo dos tempos "uma imagem pouco favorável da pessoa com deficiência". Os estereótipos criados pela comunicação social "têm muito a ver também com as barreiras culturais que existem dentro dos próprios jornalistas".

Falou da sua experiência no programa "Novos Horizontes" primeiro em colaboração com Jaime Filipe até este adecer, passando Joaquim Miranda a realizar este programa a partir de 1986.

Terminou a sua intervenção afirmando que é pela edu-

"ELO" o trazia atrás de si uma tática previamente estudada; foi feito sair no dia 23 de Novembro para ser distribuído na primeira manifestação de rua da ADFA, através da Avª da Liberdade, até ao Palácio de S.Bento.

Disse depois que o elo foi "um grito de revolta de uma geração martirizada" e que nós reagimos porque tínhamos vitalidade. "Mas cuidado" afirmou "não deixemos morrer essa vitalidade porque pode ser necessário voltar a reagir".

Terminou honrando a redacção do "ELO" daquela época, mas honrou especialmente "a grande capacidade que tivemos nesse dia, de ter ocupado o Palácio da Independência!

Demonstrámos que coxos eram aqueles que não queriam ver que nós não éramos coxos".

Depois desta intervenção abriu-se o debate onde participaram muitas pessoas e que analisaremos mais pormenorizadamente no próximo número do "ELO".

O presidente da Direcção Central da ADFA fez uma intervenção onde começou por elogiar o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Documentação, que apesar dos poucos meios disponíveis tem trabalhado com garra.

Falou dos 20 anos do "ELO" e do facto de na Imprensa ter surgido uma notícia onde se afirmava que os direitos dos DFA poderiam ser revogados. Isso só é possível se os DFA caírem no esquecimento, afirmou José Arruda, "mas nós não iremos permitir ser esquecidos como o foram os "inválidos" da 1ª Guerra Mundial".

O Dr. Luís Victor começou por agradecer o convite feito ao Dr. João Soares, e afirmou que "a amizade é o vértice ou será a bissectriz que parte do vértice que une o camarada ao companheiro e nesta bissectriz da amizade, queria deixar aqui as nossas felicitações por este colóquio".

A terminar citou o poeta que disse "que o sonho comanda a vida" e "que se este sonho se tornar mais pragmático, amanhã possa atravessar o tempo e o espaço, para que esta associação possa trazer maior dignificação a esta classe a quem nós devemos tanto".

CORAGEM PARA FALAR

O Secretário Nacional de Reabilitação Adjunto, encerrou o colóquio com uma intervenção onde começou por dar os parabéns à ADFA, e à equipa do "ELO", por ter mantido a publicação de um órgão de comunicação, com "dinamismo, profissionalismo e sobretudo espírito de serviço", que tem contribuído decisivamente para a difusão de uma imagem de respeitabilidade, de seriedade, de prestígio e de capacidade de intervenção que todos reconhecem a esta associação.

António Barroso, disse que a iniciativa da promoção do colóquio sobre a imagem do deficiente na Imprensa, foi louvável a vários títulos e teve o mérito de chamar à discussão pública, um tema para que nem sempre há a coragem de abordar.

Terminou afirmando que este "colóquio pode ter sido um bom momento para se dar um passo no sentido de eliminar, e progressivamente limar, do seio da opinião pública, a visão assistencial, caritativa, sentimental e piedosa da deficiência".

Terminado o Colóquio seguiu-se o jantar onde participaram 85 pessoas, algumas das quais vindas de bem longe, de Viseu e de Setúbal, que num animado convívio comemoraram no já tradicional Jantar de Aniversário do "ELO", onde se falou em solidariedade e amizade.

Alguns dos que foram convidados e não puderam vir, mandaram mensagens escritas, que transcrevemos na última página. Uma mensagem de felicitações foi dada por telefone pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação do Porto, que é também um assíduo colaborador do "ELO", Abel Fortuna.

No fim da festa partiu-se o bolo de aniversário e apagaram-se as vinte velas do "ELO".

Texto: ArmindoRoque
Fotos: Farinho Lopes

A AGN extraordinária Estatutária realizada em Novembro, foi uma reunião muito participada e em aspectos fundamentais da ADFA, que lhe permitiu abordar os problemas com que nos últimos anos. Os aspectos de uma nova forma de eleição que passará a ser popular, directa, através de uma expressamente para eleger a todas as sensibilidades, voz neste importante Conselho de Deliberação das Direcções; a criação do Conselho Jurisdicional, de Realização que dotarão os OSNs competentes; o alargamento da Central para 7 elementos ao Congresso da comissão de grandes linhas de orientação marcada a AGN extraordinária da alteração dos Estatutos para o dia 11 de Fevereiro.

5 e

A AGN começou às 14:30 horas com a presença de mais de uma centena de sócios.

Patuleia Mendes, na qualidade de membro do grupo que redigiu o documento síntese e que foi publicado no anterior "ELO" fez a primeira intervenção onde de forma breve explicou sobre os esforços necessários para se conseguir este documento; que consistiu de um compromisso possível dentro da diversidade de propostas que apareceram.

Fez questão de salientar que não se trata de um documento definitivo saído de nove cabeças iluminadas, mas de um instrumento de trabalho para a Assembleia discutir e melhorar tanto quanto possível, de forma a que se possa chegar a uma proposta que respeite as diversas sensibilidades dentro da ADFA.

Houve outras intervenções que não cabiam na alínea a) da Ordem de trabalhos pelo que José Monteiro fez um ponto de ordem, para chamar a atenção de que se estava a falar de filosofias e não da Revisão Estatutária. Lavouras Lopes propôs que se passasse imediatamente à alínea b) da Ordem de Trabalhos.

Entrou-se então na alínea b): Discussão na generalidade das propostas de alteração.

O presidente da MAGN informou que tinham dado entrada dois documentos para discussão, um entregue a 25 de Outubro e publicado no número anterior "ELO", foi considerado Documento A (doc A) e

a inovação enraizada em

ensa"

lêncio

Falou dos 20 anos do "ELO" e do facto de na Imprensa ter surgido uma notícia onde se afirmava que os direitos dos DFA poderiam ser revogados. Isso só é possível se os DFA caírem no esquecimento, afirmou José Arruda, "mas nós não iremos permitir ser esquecidos como o foram os "inválidos" da 1ª Guerra Mundial".

O Dr. Luís Victor começou por agradecer o convite feito ao Dr. João Soares, e afirmou que "a amizade é o vértice ou será a bissectriz que parte do vértice que une o camarada ao companheiro e nesta bissectriz da amizade, queria deixar aqui as nossas felicitações por este colóquio".

A terminar citou o poeta que disse "que o sonho comanda a vida" e "que se este sonho se tornar mais pragmático, amanhã possa atravessar o tempo e o espaço, para que esta associação possa trazer maior dignificação a esta classe a quem nós devemos tanto".

CORAGEM PARA FALAR

O Secretário Nacional de Reabilitação Adjunto, encerrou o colóquio com uma intervenção onde começou por dar os parabéns à ADFa, e à equipa do "ELO", por ter mantido a publicação de um órgão de comunicação, com "dinamismo, profissionalismo e sobretudo espírito de serviço", que tem contribuído decisivamente para a difusão de uma imagem de respeitabilidade, de seriedade, de prestígio e de capacidade de intervenção que todos reconhecem a esta associação.

António Barroso, disse que a iniciativa da promoção do colóquio sobre a imagem do deficiente na Imprensa, foi louvável a vários títulos e teve o mérito de chamar à discussão pública, um tema para que nem sempre há a coragem de abordar.

Terminou afirmando que este "colóquio pode ter sido um bom momento para se dar um passo no sentido de eliminar, e progressivamente limar, do seio da opinião pública, a visão assistencial, caritativa, sentimental e piedosa da deficiência".

Terminado o Colóquio seguiu-se o jantar onde participaram 85 pessoas, algumas das quais vindas de bem longe, de Viseu e de Setúbal, que num animado convívio comemoraram no já tradicional Jantar de Aniversário do "ELO", onde se falou em solidariedade e amizade.

Alguns dos que foram convidados e não puderam vir, mandaram mensagens escritas, que transcrevemos na última página. Uma mensagem de felicitações foi dada por telefone pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação do Porto, que é também um assíduo colaborador do "ELO", Abel Fortuna.

No fim da festa partiu-se o bolo de aniversário e apagaram-se as vinte velas do "ELO".

Texto: Armindo Roque

Fotos: Farinho Lopes

A AGN extraordinária para a Revisão Estatutária realizados nos dias 5 e 26 de Novembro, foi uma jornada associativa muito participada e onde foram alterados aspectos fundamentais dos Estatutos da ADFa, que lhe permitirão resolver alguns dos problemas com que se vinha debatendo nos últimos anos. Os aspectos inovadores foram a nova forma de eleição do Conselho Nacional, que passará a ser proporcionalidade directa, através de uma lista nacional eleita expressamente para efeito, o que permitirá a todas as sensibilidades associativas ter voz neste importante órgão; a criação de Conselhos de Delegação, que estarão acima das Direcções; a criação dos Conselhos Jurisdicional, de Realização e Económico, que dotarão os OSNe um apoio técnico competente; o alargamento da Direcção Central para 7 elementos; e ainda a atribuição ao Congresso da competência para definir as grandes linhas de orientação associativa. Ficou marcada a AGN extraordinária para aprovação da alteração dos Estatutos na especialidade para o dia 11 de Fevereiro de 1995.

5 e 26 de N

A AGN começou à 14:30 horas com a presença de mais de uma centena de sócios.

Patuleia Mendes, na qualidade de membro do grupo que redigiu o documento síntese e que foi publicado no anterior "ELO" fez a primeira intervenção onde de forma breve explicou sobre os esforços necessários para se conseguir este documento; que considerou o compromisso possível dentro da diversidade de propostas que apareceram.

Fez questão de salientar que não se trata de um documento definitivo saído de nove cabeças iluminadas, mas de um instrumento de trabalho para a Assembleia discutir e melhorar tanto quanto possível, de forma a que se possa chegar a uma proposta que respeite as diversas sensibilidades dentro da ADFa.

Houve outras intervenções que não cabiam na alínea a) da Ordem de trabalhos pelo que José Monteiro fez um ponto de ordem, para chamar a atenção de que se estava a falar de filosofias e não da Revisão Estatutária. Lavouras Lopes propôs que se passasse imediatamente à alínea b) da Ordem de Trabalhos.

Entrou-se então na alínea b): Discussão na generalidade das propostas de alteração.

O presidente da MAGI informou que tinham dado entrada dois documentos para discussão, um entregue a 25 de Outubro e publicado no número anterior "ELO", foi considerado Documento A (doc A) e

outro a 31 Outubro, entregue pela Direcção da Delegação do Porto, que foi considerado o Documento B (doc B). Foi em seguida votada a entrada dos documentos para discussão, tendo o documento A sido aceite por unanimidade e o B por maioria.

DOCUMENTO SÍNTESE

Lavouras Lopes apresentou o doc A a pedido de Patuleia Mendes e dos restantes proponentes.

Começou por referir que o documento é fruto de um trabalho longo, associativo, que satisfaz minimamente os subscritores; e que é sobretudo uma linha fundamental baseada na seguinte filosofia:

-Os órgãos das delegações devem ser valorizados;

-as diversas sensibilidades associativas devem estar junto das nomenclaturas;

-responder aos problemas que têm a ver com a insuficiente participação associativa e à menos eficaz voz exterior da ADFa, que se apagou e não fará passar a mensagem de acordo com o sentir dos sócios.

-alargamento da Direcção Nacional (DN) a sete elementos, o que tornará este órgão mais democrático.

Lavouras Lopes fez questão de realçar que a grande inovação desta proposta é a forma de eleição do Conselho Nacional (CN). Explicitou que o Conselho Nacional é actualmente considerado inoperante, porque é o somatório

para a Revisão nos dias 5 e 26 de Novembro, a Assembleia associativa onde foram alterados os Estatutos e permitiram resolver alguns aspectos inovadores foram a criação do Conselho Nacional, a proporcionalidade da lista nacional eleita e o efeito, o que permitirá às associativas ter o seu próprio Órgão; a criação de uma comissão de Avaliação e Económico, e um apoio técnico ao Conselho de Direcção e ainda a atribuição de competências para definir as áreas de especialidade da Associação. Ficou prevista a realização de eleições em Janeiro de 1995.

das nomenclaturas; para evitar isso será eleito numa lista separada; poderá desta forma "puxar as orelhas" à DC de forma a garantir a sua firmeza. No CN participarão também a MAGN e a DN será o somatório daqueles órgãos, das delegações e das diferentes sensibilidades. As listas autónomas nacionais serão eleitas na base da proporcionalidade directa, garantindo voz às diversas sensibilidades, que poderão discutir os problemas no local certo, "em vez de o fazer pelos corredores".

A nível local prevê-se também um órgão semelhante, o Conselho de Delegação (CD), que será igualmente eleito proporcionalmente e estará acima da Direcção da Delegação (DD).

CONSELHOS

Outra grande inovação, será a criação de três conselhos: o Jurisdicional, o de Reabilitação e o Económico, que estudarão as diversas áreas de competência e serão uma autoridade na matéria.

legação do Porto, mas sim da Assembleia, em virtude de a mesma o ter aceite para discussão, considerou isso muito positivo e afirmou que o que "sair desta Assembleia é o que será levado em linha de conta". Apelou também para que a Assembleia "não se tornasse uma força de bloqueio da discussão das ideias".

Considerou que não existem grandes diferenças entre os dois documentos, que a filosofia que preside ao seu documento é a de que as delegações se tornem vivas, e que não está nos objectivos da Direcção da Delegação do Porto "cortar cabeças". Afirmou em seguida estar de acordo com o documento A quanto ao CN, embora tenha de se discutir "em sintonia fina". Manifestou também o seu acordo quanto ao facto de que os "sócios devem controlar os Órgãos Sociais".

Adiantou que o "nosso documento não é feito de aço, é feito de cobre, que é mais flexível".

Manifestou-se de acordo com a criação dos Conselhos, pois permitem que os Órgãos Sociais tenham,

guardado com o dever de qualquer elemento da DC estar presente numa reunião deste órgão, onde qualquer questão do seu pelouro fosse discutida. No que concerne à questão dos CFD considerou que o CFN era suficiente.

Criticou em seguida a forma como a Direcção da Delegação do Porto apresentou o doc B, pois não manteve o elo de solidariedade que deve existir com a Mesa de Assembleia Geral de Delegação (MAGD), que só teve conhecimento do doc "quase em cima" da AGN.

Manifestou a sua divergência quanto ao facto de os presidentes das delegações estarem por inerência no CN, pois, segundo pensa, poderia ser o presidente, ou qualquer outro membro desse órgão.

Considerou que nos últimos 13 anos da vida da ADFA os opositores estiveram afastados e que é necessário inverter essa situação.

Falou em seguida Guedes da Fonte que considerou os projectos "imediatistas" e que não vão às

anos, que a MAGD do Porto discutiu a revisão dos estatutos com mais de 400 sócios daquela delegação. Disse ainda que em todas as reuniões, os sócios não aceitaram outro tipo de sócios que não fossem os efectivos e que a Direcção da Delegação, à revelia de tudo isto, vinha para ali apresentar uma proposta de sócios apoiantes, como se isso representasse a delegação do Porto, o que não é verdade.

José Arruda fez uma intervenção onde começou por afirmar que os eleitos não devem estar longe dos sócios. Afirmou em seguida que estamos num mundo em mudança e que por isso também a ADFA estava a mudar.

No que concerne à problemática dos sócios defendeu que não devemos ficar numa ilha, que devemos estabelecer critérios para que outras pessoas se possam associar à ADFA, se bem que não devam ter o direito de eleger e ser eleitos; argumentou que vinda dessas pessoas para o nosso seio seria uma forma de os sensibilizar.

recção do Porto não discutiu o documento porque "foi apanhada de surpresa com a marcação desta AGN". Para além disso afirmou que não foram criadas condições para a discussão, porque se criou um conflito: a Direcção tinha uma posição e a MAGD outra.

José Teixeira passou a defender a existência, para além dos sócios efectivos, de sócios Extraordinários, aqueles que à data da morte do militar ou deficiente dele dependiam directa e economicamente; apoiantes, aqueles que se identificam com os ideais da ADFA e com a mesma queiram participar; honorários, aqueles que justificam essa distinção quer pela sua identificação com os princípios e objectivos da ADFA, quer pelos serviços que a esta tenham prestado. Adiantava ainda a proposta que "Deveriam ser fixadas normas para admissão, exclusão e readmissão de sócios, bem como dos direitos e deveres dos sócios extraordinários, apoiantes e honorários". Não especificava a proposta, se estes sócios teriam

26 de Novembro, AGN decide em unidade

outro a 31 Outubro, entregue pela Direcção da Delegação do Porto, que foi considerado o Documento B (doc B). Foi em seguida votada a entrada dos documentos para discussão, tendo o documento A sido aceite por unanimidade e o B por maioria.

DOCUMENTO SÍNTESE

Lavouras Lopes apresentou o doc A à pedido de Patuleia Mendes e dos restantes proponentes.

Começou por referir que o documento é fruto de um trabalho longo, associativo, que satisfaz minimamente os subscritores; e que é sobretudo uma linha fundamental baseada na seguinte filosofia:

-Os órgãos das delegações devem ser valorizados;

-as diversas sensibilidades associativas devem estar junto das nomenclaturas;

-responder aos problemas que têm a ver com a insuficiente participação associativa e à menos eficaz voz exterior da ADFA, que se apagou e não fará passar a mensagem de acordo com o sentir dos sócios.

- alargamento da Direcção Nacional (DN) a sete elementos, o que tornará este órgão mais democrático.

Lavouras Lopes fez questão de realçar que a grande inovação desta proposta é a forma de eleição do Conselho Nacional (CN). Explicitou que o Conselho Nacional é actualmente considerado inoperante, porque é o somatório

O Conselho Económico estudará todos os mecanismos possíveis para que a ADFA se torne financeiramente autónoma, promovendo a sua maior independência.

SÓCIOS

Está prevista a criação do estatuto de sócio honorário para quem tenha prestado relevantes serviços à causa da reabilitação dos deficientes.

A terminar, Lavouras Lopes afirmou que o facto de os diversos proponentes terem chegado a consenso, foi das melhores coisas que aconteceu na ADFA nos últimos tempos.

para além da componente associativa, uma estrutura de apoio, tecnicamente competente.

VALORIZAÇÃO DAS DELEGAÇÕES

José Teixeira mostrou-se céptico no que concerne aos Órgãos das delegações, pois pensa que é muito elevado o número de pessoas necessárias para os preencher. Considerou por isso que não era necessária a existência de Conselho Fiscal de Delegação (CFD), pois o Conselho Fiscal Nacional (CFN) é suficiente.

Estavam postas as cartas na mesa e aqui começou o debate.

questões de fundo, devendo a vida associativa ser relançada e "embora tenhamos todos os mesmos direitos, os nossos problemas são diferentes, conforme as áreas de deficiência", e que por isso os estatutos deveriam contemplar este aspecto.

Jorge Maurício pronunciou-se no sentido de que os actuais estatutos não são "maus de todo" e que os projectos que estavam a ser debatidos visavam a maior abertura aos sócios e que não devemos ter medo disso.

O associado Rodrigues, do Porto não considerou correcta a forma como foi apresentado o Doc B, pois não foi discutido pelos só-

Falou depois na problemática da remuneração dos órgãos sociais, tendo-se manifestado a favor dos cargos gratuitos mas que, ele como sócio trabalhador, não podia ser humilhado, devendo essa questão ser clarificada no CN.

Também sobre esta questão se pronunciou o associado Seca, de Bragança, tendo dito que há dirigentes e sócio-trabalhadores maltratados, defendeu que ninguém o deveria impedir de participar nos órgãos, pois, sendo assim, passaria a ser unicamente trabalhador e deixaria de pagar quotas.

Depois de um breve intervalo para um café os trabalhos prosseguiram, tendo Catarino Salgado defendido que os Conselhos deveriam ser nomeados pelo CN e realçou a importância do Conselho Económico.

Seguidamente afirmou que os estatutos vigentes foram aprovados para conferir uma maior estabilidade à ADFA, mas que o problema actual era existir estabilidade a mais.

O sócio Santos do Porto, insurgiu-se contra a remuneração dos cargos, pois isso seria uma forma de criar "tachos".

Insurgiu-se também contra a forma como a Direcção da Delegação do Porto apresentou a sua proposta sem consultar os sócios e rematou afirmando que "não somos como os burros que vão para onde os mandam".

A esta intervenção reagiu José Teixeira, dizendo que a Direcção do Porto não estava ali para fazer as coisas nas costas dos sócios. Argumentou que a Di-

ou não direito a voto, no entanto José Teixeira afirmou, na sua intervenção, que estes não teriam direito a voto.

Nesta altura houve um ponto de Ordem para que se passasse à votação das propostas, mas o presidente da MAGN apelou a que não se cortasse a palavra a ninguém.

Foi novamente dada a palavra a José Teixeira, que defendeu o seu ponto de vista quanto à problemática da remuneração dos Órgãos Sociais, considerou que o exercício dos cargos deveria ser gratuito, mas que se devia prever "a possibilidade da existência do cargo de Secretário Executivo, escolhido entre os sócios efectivos da ADFA, com mandato que não ultrapassasse o da Direcção e com honorários a fixar em CN."

APROVAÇÃO PONTO POR PONTO

Foi nesta altura apresentada uma proposta à mesa para que o doc A fosse considerado o documento base e o doc B fosse levado em linha de conta na discussão, e que se passasse de imediato à discussão ponto a ponto. Esta proposta foi aprovada por maioria, com 5 votos contra e 10 abstenções.

Começou-se então a discutir o primeiro ponto que mereceu pouca discussão, pois tratava-se apenas da mudança da localização da nova Sede.

O ponto que mereceu mais polémica foi: "quem podia ser ou não sócio da



DOCUMENTO B

O presidente da Direcção da Delegação do Porto apresentou o documento B.

Começou por chamar a atenção de que, naquele momento, o documento já não era da direcção da De-

Um dos proponentes do doc A, José Noronha, do Porto, fez uma intervenção em defesa dos seus pontos de vista, onde considerou que o relacionamento entre os Órgãos Sociais Nacionais (OSN) e o Conselho Nacional, estaria salva-

ciós, foi apresentado à última da hora e só tem como objectivo atrasar ainda mais a Revisão Estatutária.

Abel Fortuna disse que o processo da Revisão Estatutária foi iniciado há cinco anos, que o debate foi adiado durante vários

AGN decide em unidade

(continuação da página 9)

ADFA?". José Teixeira, tornou a intervir para defender novamente as suas teses.

Na mesma linha, António Neves, se bem que subscritor do doc A, defendeu que deveria haver 4 tipos de sócios: por afinidade (os familiares); extraordinários, para aumentar as receitas da ADFA, deu como exemplo que as Câmaras Municipais poderiam ser sócias, sem direito a voto; Honorários; e os beneméritos.

O associado Rodrigues contestou estas posições argumentando ser incoerente tornar pessoas sócias, que depois não teriam direitos nem poderiam usufruir dos serviços.

O sócio José Noronha disse que, com os sócios apoiantes, correríamos o perigo de qualquer dia a força se diluir não na nossa própria energia, mas sim na dos nossos apoiantes.

Lavouras Lopes fez uma intervenção onde começou por dizer ser esta uma questão muito sensível. Concordou com existência de sócios honorários, não pelo facto de darem ou não darem dinheiro, mas sim por terem ou não prestado relevantes serviços à causa das pessoas deficientes. Quanto aos sócios apoiantes disse ser uma forma camuflada de peditário, e que iriam criar uma barreira entre nós e a sociedade. Esta intervenção foi muito aplaudida.

António Neves, em resposta a esta intervenção afirmou que não tinha "nem o engenho nem a arte de teatralizar" do Lavouras, e considerou demagógicas as intervenções deste e do Noronha; argumentou que eles só queriam que as nossas mulheres fossem sócias depois de morrermos e adiantou que desta forma estávamos a transformar a ADFA num "GHETTO".

Abel Fortuna reagiu, afirmando que as pessoas são livres de frequentar a ADFA, mas que não queremos é criar condições de protecção económica, pelo qual sejamos posteriormente manipulados.

Esta proposta, (a de que só poderão ser sócios da ADFA os deficientes das Forças Armadas, e a atribuição do estatuto de sócio honorário às pessoas singulares, colectivas ou equiparadas, que se distingam em prol dar reabilitação dos deficientes, de acordo com os objectivos da ADFA) foi aprovada por maioria.

Devido ao adiantado da hora foi decidido conti-

nuar a AGN no dia 26 de Novembro.

No dia 26 de Novembro prosseguiram os trabalhos, tendo-se deslocado de Famalicão e do Porto dois autocarros com cerca de 40 associados cada.

A AGN iniciou-se às 14:30h e contou com a presença de 121 sócios.

Começou com a leitura e aprovação da acta da primeira parte da AGN.

Passou-se de imediato à discussão do ponto 6, que propunha que fosse publicada no "ELO" a lista de admissão de novos sócios, tendo sido aprovada praticamente sem discussão.

O ponto 7, que propunha que só a AGN teria poder para suspender os sócios e a AGD o de reapreensão, causou alguma polémica. O sócio Meireles, do Porto, perguntou se havia possibilidade de os sócios repreendidos nas delegações, reclamarem para a AGN.

Catarino Salgado referiu-se ao facto de os processos serem muito morosos e que se deveria atribuir competência ao CFN para abrir processos. Houve mais algumas intervenções de pormenor



mas este ponto foi aprovado sem alterações.

Os pontos 8 e 9 foram aprovados praticamente sem debate.

O ponto 10, "Órgãos Sociais da ADFA," começou com uma intervenção de José Arruda, que propôs a criação de um Conselho Técnico eleito pelos sócios. O associado Silva, de Famalicão, rebateu, afirmando que isso seria errado, pois esse Conselho poderia estar em contradição com a linha geral da Direcção eleita. Este ponto de vista foi perflhado por outros sócios, que consideraram que este órgão poderia ser uma fonte de conflitos e que a componente técnica

deve estar sempre subordinada à política.

Houve também propostas para extinguir os Conselhos Fiscais de Delegação, tendo como argumento que os mesmos eram pouco operacionais. Vários associados consideraram que era importante que eles existissem, mesmo que não fizessem relatórios, pois são sempre uma garantia de maior transparência no funcionamento das delegações.

Este ponto foi também aprovado sem alterações.

O ponto 11, que propunha a "Eliminação do art. 15 dos Estatutos - "A AGN, a DC e o CFC gerirão também as actividades que se desenvolvem na área da Sede, não havendo aí Órgãos distintos de âmbito local" causou grande polémica.

Os proponentes argumentaram que o que se pretendia era permitir que na área de Lisboa os seus associados não ficassem estatutariamente impedidos de criar uma nova delegação, por exemplo em Sintra ou em qualquer outro local, se assim o pretendessem. Por outro lado se algum sócio não estiver agregado a nenhuma dele-



de trabalhador da ADFA não é incompatível com o desempenho de funções em qualquer órgão social", o associado Gabirro, de Lisboa, afirmou que deverá haver na Direcção um elemento a trabalhar como profissional a tempo inteiro. No caso de esse elemento ser já trabalhador da ADFA, deveria ser requisitado para essa funções durante o tempo em que durasse o mandato, tudo isto para que se acabem com os "amadorismos".

Outros associados pronunciaram-se contra a remuneração deste cargo, pois consideraram que às tantas poderia um membro da Direcção estar a decidir sobre o seu próprio vencimento. Este argumento foi contestado por outros só-

Os pontos 14 a 18, em virtude de versarem todos sobre as formas de convocação da AGN, foram discutidos em conjunto.

A discussão incidu sobretudo sobre o número de sócios necessários para convocar a AGN.

O sócio Gabirro propôs que o número mínimo de sócios necessários para convocar, passasse dos 50 para 10 no caso das delegações e de 100 para 25 nos outros casos. Vários sócios reagiram contra esta proposta, tendo Patuleia Mendes afirmado que isso seria banalizar e abanalar o Órgão máximo da ADFA.

O associado Carlos Correia, do Porto, tentou conciliar as posições, propondo que o número mínimo deveria ser o de 10% dos sócios de cada delegação. Esta proposta foi votada em alternativa com a do doc A. O resultado da votação foi de 66 votos para este último documento e de 17 para a proposta dos 10%.

O ponto 14, que propunha a data da Reunião ordinária da AGN para 15 de Fevereiro de cada ano, não foi aprovado por se considerar que não existiria tempo de publicar atempadamente o Relatório de Contas e Actividades no "ELO", de forma a que os sócios o pudessem analisar antes da realização da AGN.

O ponto 19 foi aprovado sem discussão.

Os pontos 20 a 24 foram também discutidos em conjunto por versarem todos eles sobre o CN.

Este ponto mereceu alguma discussão mas o essencial já tinha sido discutido antes de se começar a analisar ponto por ponto, pelo que ouviu-se aqui "grosso modo" a repetição do que já tinha sido anteriormente dito. Todos estes pontos foram aprovados apenas com uma abstenção.

Os pontos 27, 28, 29 e 30 foram todos aprovados por unanimidade e sem discussão.

O ponto 31, que propunha a eliminação da obrigatoriedade de os CFD enviarem relatórios semestrais ao CFN, foi aprovado

com 14 votos contra e 4 abstenções.

Os pontos 32 e 33 foram aprovados sem discussão.

Passou-se em seguida à discussão da parte final do doc A.

A alínea a) que propunha a "Realização da AGN Extraordinária para a aprovação dos Estatutos na Especialidade em 21 de Janeiro de 1995", foi alterada para 11 de Fevereiro, em virtude de não ser possível à Comissão de redacção do articulado dos novos Estatutos e adaptação do Regulamento Eleitoral, constituída pelos associados Patuleia Mendes, José Monteiro e Adelino Guerra, terem o texto final pronto a ser publicado no ELO de Dezembro, de forma a que os sócios o pudessem analisar antes da realização da AGN. Este atraso poderá também inviabilizar a data proposta para as eleições a 30 de Abril. Por esta razão foi aprovada a seguinte proposta:

1) Que o trabalho da Comissão seja publicado no "ELO" de Janeiro (que sai em fins de Janeiro)

2) Que seja convocada, a AGN Extraordinária para aprovação da alteração dos Estatutos na especialidade para 11 de Fevereiro de 1995.

3) Que o acto eleitoral para a eleição dos novos Órgãos Sociais seja feita até 30 de Abril de 1995 ou 60 dias após a aprovação final dos Estatutos, se aquela data vier a ser ultrapassada.

Manteve-se a alínea b) "Alteração do Regulamento Eleitoral na mesma Assembleia Geral.

Após a aprovação por unanimidade desta proposta o presidente da MAGN deu os trabalhos por encerrados às 18:50H.

Antes dos sócios abandonarem a sala, Couceiro Ferreira apelou aos presentes para ficarem mais alguns minutos, para que a Direcção pudesse dar algumas informações sobre os perigos de uma eventual revogação do Dec. Lei 43/76. Este assunto deu lugar a uma entusiasmada reunião, que reportamos noutra notícia nesta mesma página.

CRPG flash

**NOVAS INICIATIVAS
COMUNITÁRIAS ADAPT — EMPREGO**

Em 15 de Junho de 1994, a União Europeia adoptou 13 iniciativas Comunitárias no quadro dos Fundos Estruturais, entre as quais ADAPT e EMPREGO, as quais foram apresentadas em Lisboa dia 19 de Outubro pelo IEFP.

As iniciativas comunitárias representam um quadro importante de intervenção do fundo Social Europeu. Têm por objectivo completar os domínios que não ficam completamente cobertos pelos QCA — Quadros Comunitários de Apoio, e reforçar a acção de outros programas comunitários em matéria de formação e inserção profissional.

A iniciativa **ADAPT** tem por finalidade:

- adaptar a mão-de-obra à mudança industrial;
- melhorar os mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho.

A iniciativa **EMPREGO** tem por objectivos:

- contribuir para o desenvolvimento dos recursos humanos;
- melhorar os mecanismos de funcionamento do mercado de trabalhos;
- promover a solidariedade social no seio da União Europeia;
- promover a igualdade de oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho.

Constituem-na 3 vertentes distintas, embora estreitamente ligadas:

- Emprego — **NOW** — promoção da igualdade de oportunidade para as mulheres.
- Emprego — **HORIZON** — alargamento das perspectivas de emprego das pessoas com deficiência e outros grupos desfavorecidos.

Apoio a acções para o acesso ao emprego, de pessoas com deficiência e desfavorecidas.

- Emprego — **YOUTHSTART** — promoção da integração dos jovens no mercado de trabalho.

Apoio a acções piloto transnacionais que visam o acesso dos jovens ao emprego.

As palavras-chave destas iniciativas são:

- **inovação**, no conteúdo a formação, na procura de emprego, nas metodologias, instrumentos pedagógicos e organizações;
 - **transnacionalidade**;
 - **efeito multiplicador** das acções: as acções devem ser levadas a cabo por diversos organismos, parcerias locais e comunitárias, deve haver difusão dos resultados das acções e sensibilização de todos os potenciais actores às "boas práticas";
 - **aproximação local**, é a este nível que é mais fácil conhecer as necessidades das empresas, encontrar as possibilidades de criação de novas actividades e responder às necessidades dos diferentes grupos-alvo;
 - **complementaridade**, quer com os QCA — Quadros Comunitários de Apoio, quer com outros programas comunitários.
- Estas iniciativas decorrerão de 1994 a 1999. Até ao fim do ano de 1994, cada Estado-Membro deverá negociar e adoptar os seus programas operacionais (PO). Durante o 1.º semestre de 1995 as candidaturas dos projectos serão colocadas e a selecção dos projectos será estabelecida entre a Comissão e os Estados-Membro.

É no âmbito destas iniciativas que o Centro irá apresentar candidaturas de projectos cujas acções desenvolverão soluções para alguns dos seus problemas fundamentais.

PROGRAMA HELIOS II

SECTOR DA READAPTAÇÃO FUNCIONAL

O programa **HELIOS** — Handicapped people in the European Community Living Independently in an Open Society — é um programa comunitário de acção a favor das pessoas com deficiência que decorre de 1993 a 1996.

Este programa dispõe de 3 órgãos consultivos, um dos quais o Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, é composto por representantes de 24 organizações não-governamentais (ONGs) consideradas como representativas das pessoas com deficiência nos Estados-membro, um representante das organizações de empregadores e um representante das organizações sindicais de trabalhadores.

O programa apoia-se nos seguintes princípios:

- igualdade de oportunidades;
 - integração;
 - vida autónoma.
- Abrange 5 domínios prioritários:
- reabilitação funcional;

- integração no domínio da educação;
- integração no domínio da formação e da reabilitação profissionais;
- integração económica;
- integração social e vida autónoma.

Objectivos do programa:

- promover actividades de intercâmbio e de informação com os Estados-membro e organizações não-governamentais;
- rede **HANDYNET**, sistema de informação informatizado que disponibiliza dezenas de milhares de informações sobre os objectos e materiais adaptados, fabricantes e distribuidores destes produtos na Europa e as normas nacionais a seguir pelas pessoas com deficiência para obterem os meios técnicos auxiliares;
- informação e sensibilização da opinião pública, sobretudo através do seu Boletim.

O Centro foi nomeado para o sector da Readaptação Funcional e dentro deste sector escolheu o tema: «Medidas coordenadas que facilitam um rápido regresso à vida social e profissional» e o tema de trabalho: «As relações entre os Centros de Reabilitação, os Centros de Reeducação, as Estruturas de Formação Profissional e de Procura de Emprego».

O trabalho foi desenvolvido através de visitas de estudo e reuniões de trabalho organizadas aquando das visitas. Efectuaram-se visitas ao Centro Neurológico de Reeducação e de Reabilitação Funcional de Coubert, França, ao Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e aos Centros de Medicina do Trabalho de Siegen e Neurológico de Reabilitação de Bona, Alemanha.

Como este tema termina em Dezembro de 1994, o relatório final foi apresentado, ainda em fase de esboço, dias 5 e 6 em Paris, no Seminário **HELIOS** que decorreu em paralelo com o Salão **AUTONOMIC**, salão de exposição de materiais e ajudas técnicas para pessoas com deficiência.

O trabalho desenvolvido mostrou que os sistemas de reabilitação funcional e reabilitação profissional têm funcionado segundo lógicas próprias e de uma forma não articulada, isto é, sem estabelecer pontes entre si.

Assim, o processo de reabilitação, que deve ser global e contínuo, apresenta pontos de ruptura os quais provocam limitações na eficácia e na qualidade de funcionamento dos serviços.

Portanto, o modelo final apresentado desenha os modos possíveis de articulação para ultrapassar este tipo de dificuldades.

Há 3 tipos de profissionais que poderão ser consultados, dependendo da situação da pessoa com deficiência:

- o médico de trabalho, se o utente se encontrar numa empresa;
- o médico da família, se a pessoa não trabalhar numa empresa;
- o médico de reabilitação, no centro de reabilitação onde a avaliação é efectuada.

Há assim necessidade de uma coordenação que se encarregará de estabelecer as ligações entre a empresa, o domicílio e o centro de reabilitação funcional, a qual orientará a pessoa com deficiência na sua integração socio-profissional, objectivo da reabilitação funcional e profissional.

NOTÍCIAS:

II FORUM EMPREGO FORMAÇÃO 94

Decorreu em Lisboa de 16 a 20 de Outubro, promovido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, com o tema «O Emprego: As Pessoas e o Desenvolvimento».

**VISITA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
HORIZON - P 37**

O Centro foi visitado por elementos de uma entidade externa contratada pelo Secretariado Nacional de Reabilitação para avaliação do projecto **HORIZON - P 37** - Criação de uma Unidade de Engenharia da Formação. Todos os projectos **HORIZON** nacionais, cuja data limite de Dezembro de 1994 foi prorrogada até 30 de Junho 1995, serão avaliados por esta entidade.

PROGRAMA LÍNGUA

A primeira visita de intercâmbio no âmbito do programa **LÍNGUA** realizou-se de 8 a 22 de Novembro. esta visita foi realizada de parceria com a Escola Profissional de Cortegaça e com o Bridgend College of Further and Higher Education no Reino Unido.

FORMAÇÃO DE FORMADORES

Dias 30 de Setembro e 1 de Outubro decorreu nas instalações do Centro uma acção de formação sob o tema «Formação Profissional no CRPG. Modelo de Formação» para os técnicos da formação profissional.

Dias 6 e 7 e de 10 a 12 de Outubro outra acção de formação — «Formação Profissional no CRPG. Animação da Formação» — continuou de certa maneira a 1.ª acção concretizando o modelo de formação.

**FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS
ORTOPROTÉSICOS**

— Curso sobre «Próteses Mioeléctricas para membro Superior» de 11 a 14 Outubro 1994, orientado por um técnico ortoprotésico da empresa Otto Bock, no Centro de Medicina de Reabilitação, no Alcoitão.

— Decorreu em Coimbra, dia 28 de Outubro 1994, um Seminário sobre «Próteses do Membro Inferior — Seattle Limb System» organizado pela empresa Padrão Ortopédico.

— Curso sobre «Assentos Moldados», dia 24 Novembro, orientado por uma técnica ortoprotésica, Patrícia Paerts, da empresa Otto Bock, no Centro de Medicina de Reabilitação, no Alcoitão.

AJUTEC — FEIRA DAS AJUDAS TÉCNICAS

Esta Feira de Ajudas Técnicas, na qual o CRPG tem desde sempre participação, decorreu de 6 a 9 de Outubro, e pela 1.ª vez foi organizada conjuntamente com a **NORMÉDICA**.

INTEGRAÇÕES DO MÊS DE NOVEMBRO

Maria Odete Colaço Airosa Capelo, do curso de Administração e Gestão foi integrada nos Bombeiros Voluntários da Aguda, com funções de Radarista/Telefonista;

Carlos Manuel Roca B da Silva, do curso de Administração e Gestão foi integrado na empresa Rolmeta, assumindo a função de Operador de Informática.

PUBLICAÇÕES:

**AFIM FUNDACION
N.º 11 OUTUBRO 94**

SUMÁRIO:

- Cursos de telemarketing
- APANSA, a integração através da arte
- AFAD, para melhorar a vida do diabético
- Emprego e Incapacidade; uma visão empresarial

**FORMATION EMPLOI
N.º 47 JULHO-SETEMBRO 1994**

- Produtividade, qualidade e competências — comparação europeias
- Seminário *FORMATION emploi* — resumo
- O projecto de empresa — moda ou instrumento de mudança?
- O trabalho em cadeia: a actividade de gestão de uma linha de montagem do ramo automóvel
- CAP — BEP: associação ou concorrência? O caso das formações de venda.
- A aprendizagem na Austrália.

**RÉADAPTATION
N.º 413 SET/OUT 1994**

Dossier: Protecção das pessoas com deficiência e dos seus bens.

**VIVRE-INFO
N.º 11 SETEMBRO 1994**

- Avec les entreprises
- Renforcer le lien Formation/Emploi
- Information
- Notre actualité — Association VIVRE
- Echos... Echos...

**PROSTHETIC AND ORTHOTICS
INTERNACIONAL**

VOL. 18, N.º 2 AGOSTO 1994

- Marcha de indivíduos do sexo masculino com amputação trans-tibial;
- Experiências relativamente ao sistema ICEROSS para próteses trans-tibiais;
- Dispendio de energia de amputados trans-tibiais durante marcha a passo autoseleccionado;
- Benefícios subjectivos de próteses com armazenamento de energia;
- Programa de análise CAD para próteses e ortóteses;
- Apreendedor mecânico com vantagem mecânicas variáveis.

HELIOS II

HELIOSCOPE — N.º 1 — VERÃO 1994

- TEMA: O Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência
- Uma Legislação Europeia Anti-Discriminação
- **HELIOS II**: Actividades de Intercâmbio e de informação
- Suplemento: Perfis de ONGs Europeias

— **Boletim Informativo Portugal** — N.º 1 — Outubro 1994

- O envolvimento da Comunidade Europeia nos programas dirigidos à população com deficiência;
- **HELIOS II** — Um programa de acção a favor das pessoas com deficiência
- Participação Nacional: estrutura organizativa e metodologia de funcionamento
- Informar. Para quê?
- Entidades Nacionais intervenientes nas acções do Helios II
- Notícias — Reabilitação Funcional-integração Económica-INtegração Social e Vida Autónoma.

Sede Nacional Bar, Restaurante e Self-service

Extinto, no final de Julho, o contrato que ligava a nossa Associação à empresa à qual fora adjudicada a exploração do bar restaurante e self-service da Sede Nacional, promoveu-se novo concurso para qual foram apresentadas 16 propostas de candidatura.

Após aturado estudo e audição dos interessados, por parte de uma comissão nomeada para o efeito, foi decidido adjudicar a prestação de tal serviço social ao candidato Fernando Botelho e esposa, que iniciaram a sua actividade nas nossas instalações no dia 2 de Dezembro.

Horário:
Bar das 08.00 às 22.00 horas
Restaurante e Self-service -Almoço das 12.00 às 15.00 horas
Jantar das 19.00 às 21.00 horas
Todos os serviços encerram aos Domingos

A Partir do mês de Janeiro, inclusive, haverá fados todas as noites da última sexta-feira de cada mês.

Gerência : Fernando e Paula Botelho

Faz da nossa Casa a tua Casa

...Quanto a ti Timor não distinguimos a ténue linha que separa a hipocrisia da Humanidade da vontade de resolver os teus problemas; sabemos sim, que muito se está a fazer por ti, sobretudo na violentação e desrespeito dos Direitos Humanos mais elementares e da dignidade do teu Povo...

9º Congresso Internacional do IKK

continuação da pág 7

nela aberta para o mundo. Referimo-nos ao rádio amadorismo, que a nível mundial reúne muitos praticantes cegos e que pelas suas características é um extraordinário meio de comunicação e de aproximação entre as pessoas. Também neste caso e em muitas outras áreas do lazer e ocupação dos tempos livres, as modernas ajudas técnicas vieram dar um precioso contributo, facilitando a sua utilização por parte das pessoas cegas.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas esperamos que este nosso contributo seja encarado como uma forma de estimular as vontades e a dinâmica das associações que representam os cegos de guerra, procurando desenvolver um verdadeiro espírito de solidariedade e cooperação inter-associativo, com objectivo único de consolidar o direito à cidadania, à dignidade e ao bem estar dos cegos de guerra.

Documento nº2
BRAUNLAGE/F.R.G.
27/29 NOV.

A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS (A.D.F.A.) de Portugal, saúda a Associação de Cegos da Alemanha, bem como todas as delegações presentes neste encontro.

A A.D.F.A. foi fundada em 1974 e congrega no seu seio cerca de 13.000 associados que adquiriram as suas incapacidades durante a Guerra Colonial, ocorrida entre 1961/1974 nos territórios da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Os Deficientes das Forças Armadas de Portugal recebem uma pensão de indemnização mensal que varia conforme o posto do ex-militar e a percentagem de incapacidade que lhes foi atribuída, tendo ainda direito à assistência médica e medicamentosa gratuita e ao fornecimento das ajudas técnicas adequadas à sua deficiência.

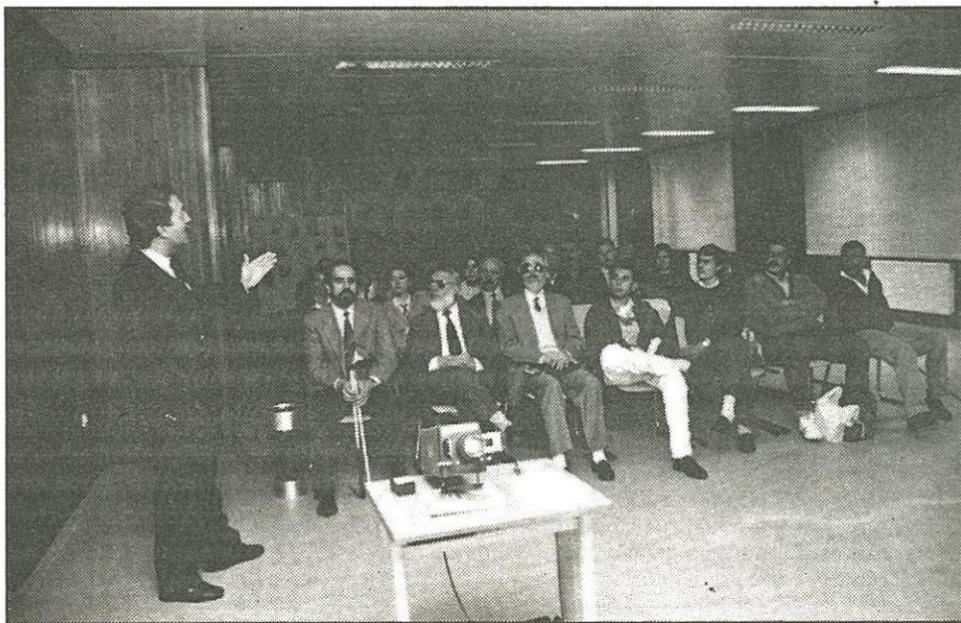
A situação dos cegos de guerra não é objecto de qualquer tratamento especial, tendo os mesmos somente a faculdade de frequentarem, logo após o acidente, um centro especial que lhes ministra a sua reabilitação funcional, finda a qual esta categoria de deficientes ficam na mesma condição dos deficientes militares em geral. A A.D.F.A., em virtude de congregar no seu seio todos os Deficientes das Forças Armadas, independentemente da sua deficiência e da maneira como ocorreram os acidentes, pratica um tipo de reabilitação comum para todos, visando a colocação em locais de trabalho adequa-

dos, utilizando para o desempenho de funções associativas exclusivamente os seus sócios, sendo de destacar a acção que os cegos de guerra têm desenvolvido a nível de Direcção, chefia de serviços, actividades lúdicas e outras.

A integração sócio-profissional destes ex-militares é conseguida ou não conforme as aptidões de cada cego de guerra, as oportunidades que se lhes oferecem, a sua determinação e toda uma envolvimento subjectiva que rodeia o próprio deficiente, não podendo o mesmo contar com ajudas estatais ou de quaisquer organizações que o substituem.

Existe em Portugal uma associação civil de cegos (A.C.A.P.O.), na qual os cegos de guerra também se podem inscrever e aí debaterem os problemas específicos da cegueira e encontrar algumas soluções, ainda que precárias, para a resolução do dia-a-dia, tendo em linha de conta, como objectivo principal, a reabilitação profissional.

Quanto à situação das viúvas dos cegos de guerra, ela é semelhante à de todos os deficientes das Forças Armadas com mais de 60% de incapacidade, tendo as mesmas direito a uma pensão igual a 70% da indemnização que o marido recebia.



Os Malefícios do Álcool

No dia 24 de Outubro, pelas 18.30, realizou-se no Salão Nobre da ADFa em Lisboa, uma sessão de esclarecimento sobre os Malefícios do Álcool, em que a comunicação foi realizada pelo nosso associado Dr. Fernando Brito/Médico Clínica Geral.

Nesta sessão o público presente, assistiu a uma apresentação de "Slydes" que se reportou aos Malefícios da intoxicação crónica. Pode-se observar que a intoxicação crónica revela-se na pele a nível do rosto e nariz, aparecendo as chamadas aranhas vasculares, conseqüentemente também começam a aparecer manifestações tóxicas nos órgãos como por exemplo nos intestinos e fígado. A intoxicação ao nível do fígado, revela-se na vista. Por outro lado, o Alcoólico aos poucos vai ficando com insuficiências de vitaminas, vai comendo cada vez menos, surgindo mesmo uma despapilação (falta de sabor) para saborear a comida.

Nos bebedores crónicos aparecem com frequência os cancro no tubo digestivo.

Noutra perspectiva, foi referenciado que o Álcool afecta também a visão, a audição e os músculos, facto este que se observou no filme que foi apresentado.

Posteriormente surgem, as conseqüências sociais, a perda do emprego por mau desempenho de funções, o absentismo ao emprego, ruptura familiar, problemas sexuais, enfim, em muitos casos o indivíduo atinge a degradação física e psíquica.

Neste sentido, o bebedor deverá procurar ajuda através do seu médico de família ou de outros técnicos que compreendem o seu problema e que o ajudarão a resolver o mesmo.

Na realidade, e para finalizar poder-se-á dizer que as bebidas alcoólicas devem ser consumidas às refeições em quantidades moderadas, tendo sempre o cuidado de não misturar o álcool com medicamentos que actuam sobre o sistema nervoso central.

Departamento de Reabilitação Serviço de Acção Social
Fátima Almeida

Ciclo de Cinema na ADFa

"O Regresso dos Heróis"

A partir de 16 de Dezembro de 1994, na Sede, arranca o ciclo de "Cinema de Reflexão", uma série de produções relacionadas com o tema da deficiência e sua interpretação artística, seleccionados pelo Grupo de Estudos e Documentação (GEDA), que no âmbito do programa Horizon (programa comunitário) está a desenvolver uma investigação sobre as barreiras culturais e sobre as formas de tratamento das pessoas deficientes nos "media", na arte, na literatura, etc..

O ciclo organizado pelo GEDA, prolongar-se-á até Junho de 1995 e inicia-se no próximo dia 16 de Dezembro, às 20H30 com o filme "Regresso dos Heróis".

Por iniciativa e coordenação do grupo de trabalho serão realizados debates sobre os filmes, no sentido de serem recolhidas informações que eventualmente servirão para o trabalho de investigação.

Assim, o grupo de trabalho convida por este meio todos os associados, familiares e amigos a uma participação massiva nesta iniciativa. Salienta-se que a entrada é livre.

Informa-se, também, que os serviços de Bar e Restaurante estarão, já, em funcionamento para serviço de jantar e que um grupo de sócios jantará em conjunto, antes de assistir ao filme, para confraternizar, por isso quem quiser vir comer connosco, será bem vindo.

Próximas exhibições de filmes serão, oportunamente, divulgadas no "ELO".

O Grupo de Estudos e Documentação

Viseu

Crónica de opinião e alerta

Está a assistir-se no momento, a certos fenómenos que não podem acontecer e serem considerados como normais numa democracia plena e considerada de sucesso, em que todos os cidadãos se expressam de livre e espontânea vontade e até, por vezes, chegando ao ridículo de alguns não saberem comportar-se dignamente, achincalhando, apupando aqueles que tudo deram, arriscando a própria vida, para que hoje possam expressar a vontade sem perseguições, sem atropelos em liberdade. Na verdade, a sociedade em que estamos inserido, leva por vezes a pensar se valeu, ou não, a pena lutar pela democracia, pela liberdade. Penso desta forma, e fazendo a análise, ser de primordial importância, todos os cidadãos poderem expressar a vontade, mas com o devido respeito, sabendo ouvir, sabendo escutar os outros para que todos possam contribuir com a sua sabedoria, a engrandecer, a enriquecer a História e dizer, afirmar, que afinal valeu a pena o sacrifício, o sofrimento do povo em dar à Pátria, o que de melhor, o que de mais nobre se pode oferecer.

Ainda hoje, passados que são 20 anos vividos em liberdade, os lares portugueses continuam de luto pela sua dívida, pelo seu contributo dado à Nação, dando-lhe o melhor que tinha, os seus próprios filhos, que em defesa da Pátria, da Nação que somos, vieram a tombar no campo de honra, no campo de batalha, algures em África, lutando até à exaustão, até à morte.

Nós, que vivemos todos estes acontecimentos nas matas de África, todo o sofrimento daqueles que tudo deram à Nação, que passaram por montes e vales, por serras, bebendo água cheia de bichos, alimentando-se do pó, de raízes de árvores, andando em zonas em que os próprios cachos de bananas estavam armadilhados, no meio da selva, vivendo junto com bichos enormes e por vezes famintos, em situações difíceis, em que o chamado inimigo, estava sempre em vantagem, conhecendo bem a zona, toda a área, colocando minas, armadilhas por tudo quanto era lado, de forma a que estivessem sempre em vantagem, só que a perspicácia dos soldados portugueses, ultrapassava todos os obstáculos que lhe iam aparecendo, procurando ficar sempre em cima, e em pleno teatro de guerra, aquilo era um inferno, uma música infernal, minas, bazucas, tiroteio, todo o tipo de armadilhas, e a fábrica não

parava de consumir o ser humano.

Que culpa tínhamos nós, portugueses?

Que culpas tinham os africanos? Afinal, no meio daquela imensa floresta, todos lutavam em defesa dos mesmos ideais, a politiquice é que era diferente.

Desde a descoberta das Áfricas pelos navegadores portugueses, sempre houve discórdia na sua governação, sempre houveram lutas pelo poder e as gerações foram passando, o ser humano foi-se multiplicando e hoje, a realidade diz-nos que as Áfricas falam a língua portuguesa, os africanos têm em todas as regiões do Norte, do Sul, do Centro, seja de que parte for, têm nas suas origens, o dialecto próprio das regiões a que pertencem, falando em língua diferente, de região para região, mas a língua portuguesa é falada por toda a África por onde passaram os portugueses, deixando toda uma obra feita, em que as raízes ficam para sempre a marcar a presença viva dos

portugueses, que com o passar dos anos, quer os portugueses, quer os africanos, as raças foram-se juntando e hoje, através desta união, os povos africanos são Países irmãos de raças diferentes mas de um só corpo. Verificamos que através da união, da junção dos corpos, há a mistura do sangue, há amor, há afecto, o entendimento perfeito entre homens e mulheres, que ao longo dos anos se foram multiplicando, falando todos a mesma língua e por isso os africanos são portugueses, os portugueses são africanos.

À que reconhecer e apesar de haver divergências, hoje em pleno século XX, as transformações verificadas praticamente em todo o Mundo, leva-nos a concluir, que a passagem dos portugueses por África foi benéfica e contribuiu para o desenvolvimento daquela região, em que ainda hoje, passados todos estes anos, anseiam, lutam uns com os outros, pela Liberdade, pela Democracia. Portugal tem que participar

activamente nas conversações que levam à Paz e aqui eu peço aos Órgãos Nacionais da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que façam chegar aos mais altos responsáveis da Nação Portuguesa e da Áfricas, a mensagem de que o povo já não aguenta por mais tempo, o estado clamoroso em que vive, as mochambas, os aldeamentos, as vilas, as cidades, os destroços, os despojos de Guerra, fazem com que o povo ande numa fuga constante de um lado para o outro, morrendo um aqui, outro além, separando-se pais dos filhos e filhos dos pais, uma calamidade autêntica, em que a vida humana já não vale nada, e para toda esta gente que sofre, para eles, viver ou morrer, já nada faz sentido.

É preciso motivar os responsáveis dos povos, da situação que se vive em África, do sofrimento do povo africano, em que a fuga, a fome, a morte é constante, os mutilados são aos milhares, os mortos, provocados pelo combate, não têm conta, a desnutrição, a fome, acabam por destruir o pouco que resta destes Países ricos, que são, e que por falta de

civismo de alguns, de meia dúzia de imperialistas, leva estes povos ao infortúnio, à desgraça, à desnutrição total.

Não sei como, mas penso que aos anos que se procura Paz nesta zona do Globo, as Nações Unidas, devem procurar, dentro dos poderes que lhes são conferidos, fazer com que estes cidadãos possam alcançar a liberdade por que anseiam há tantos anos, e que continuam a sofrer, a continuar assim, a morrerem aos milhares, todo o povo fica destroçado e assim, os valores humanos completamente destruídos, a cultura de todo o povo, a própria História, as raízes que nos ligam a estes povos irmãos, fazem com que Portugal se assuma e tome o comando da conversação, que leva ao ca-

minho da Paz, da Liberdade, da Democracia.

As organizações internacionais, através dos seus mais altos responsáveis, aqui, através deste ELO que nos liga a todos, deixo o meu apelo de concordância de tolerância, das negociações justas, para alcançar a Paz.

Como combatente, como deficiente, como homem, como português, pelo ao governo, ao Sr. Primeiro Ministro, a Sua Ex.^a Presidente da República, que façam tudo para que o povo de África, que falam a língua portuguesa, estes povos irmãos, com justiça, verdade, amor, alcancem a Paz, como tanto desejam e merecem, já chega e tanto sofrimento. Basta!

Até sempre!

João Gonçalves

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
POLO SCOT 1.05	1.283.618.00	1.751.873.00
POLO SCOT D.	1.470.151.00	2.324.555.00
GOLF CL 1.4 2P	1.746.827.00	2.645.499.00
GOLF CL 1.4 4P	1.789.819.00	2.695.370.00
GOLF CL D 4P	1.848.657.00	4.044.355.00
GOLF GL TD 4P	2.349.112.00	4.624.883.00
GOLF VARIANT CL 1.4	2.127.986.00	3.087.644.00
GOLF VARIANT GLD	2.064.310.00	4.294.513.00
GOLF VARIANT GL TD	2.555.349.00	4.864.118.00
GOLF VARIANT GL TDI	3.006.517.00	5.387.474.00
VENTO CL	1.888.732.00	2.810.109.00
VENTO CL D	1.947.499.00	4.159.012.00
VENTO GL TD	2.420.585.00	4.707.792.00
VENTO GL TDI	2.879.293.00	5.239.893.00
PASSAT CL TDI	2.777.557.00	5.113.759.00
PASSAT GL TDI	3.463.335.00	5.917.382.00
PASSAT VARIANT CL TDI	3.025.567.00	5.409.571.00
PASSAT VARIANT GL TDI	3.718.487.00	6.213.358.00
AUDI 80 TDI	3.896.355.00	6.419.679.00
AUDI 80 AVANT TDI	4.546.341.00	7.173.669.00
AUDI 80 TDI (Automático)	3.556.879.00	6.025.893.00
AUDI 80 AVANT TDI (Aut.)	3.817.822.00	6.328.586.00

AUTOMÓVEIS FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	1.116.530.00	1.546.956.00
UNO 45 5P	1.301.961.00	1.762.056.00
UNO TURBO 5P	1.906.143.00	2.810.057.00
PUNTO 55 S 3P	1.197.345.00	1.712.056.00
PUNTO 55 S 5P	1.253.379.00	1.777.056.00
PUNTO 75 T. D. 3P	1.639.597.00	3.151.056.00
TIPO 1.4 3P	1.614.960.00	2.480.056.00
TIPO 1.7 D. 5P	1.808.563.00	3.347.057.00
TEMPRA 1.4	1.944.270.00	2.862.057.00
TEMPRA 1.9 T.D.S.	2.659.604.00	5.127.056.00
TEMPRA T.D. (Carrinha)	2.763.053.00	5.247.057.00
CROMA 1.9 T.D.S.	3.107.880.00	5.647.056.00

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
SWING 1.2 3P	1.352.666.00	1.984.828.00
SPORT 1.4 3P	1.787.000.00	2.740.827.00
SWING 1.4 5P	1.644.766.00	2.575.828.00
SWING 1.5 3P	1.675.037.00	2.764.828.00
SWING 1.5 5P	1.731.934.00	2.830.828.00

MODELO	P.BASE	P.V.P.
ASTRA		
1.4 GLS 4P	2.330.973.00	3.371.828.00
1.7 GL 4P Diesel	2.252.110.00	3.900.828.00
1.7 GLS 4P T. Diesel	2.702.448.00	4.391.828.00
1.7 T. Diesel (Carrinha)	2.174.938.00	3.190.827.00
1.7 T. Diesel (Carrinha)	2.451.633.00	3.511.828.00

MODELO	P.BASE	P.V.P.
VECTRA		
1.7 T. D. 4 e 5P	2.771.414.00	4.471.828.00

MODELO	P.BASE	P.V.P.
TIGRA		
1.4 CAMP 2P	1.882.697.00	2.851.828.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto. Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.



PROTOCOLO

Celebrado entre a Associação dos Deficientes das Forças Armadas e a firma Acumuladores Autosil, S.A.

● Condições especiais de fornecimento pela Autosil à ADFA e seus associados:

- Descontos: Baterias de arranque — 28%
- Acessórios VALEO — 36%
- Auto-rádios TOKAI — 15%
- Telemóveis — 15%

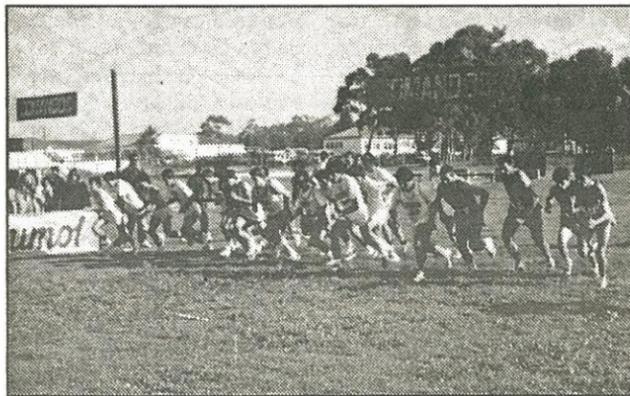
— Montagem e assistência das baterias gratuita em todas as dependências Autosil.

● A Autosil só fornecerá material aos associados da ADFA, mediante apresentação de credencial passada pela ADFA, cuja validade será de 30 dias.

CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO — AUTOSIL

- R. Filipe Folque, 22 - 1000 LISBOA - Telefone 3534226 - Telefax 547700
- Av. 24 de Julho, 26 B - 1200 LISBOA - Telefone 3966825 - Telefax 602538 - Aberto Sábado das 8 às 14 horas
- R. D. João IV, 643-655 - 4000 PORTO - Telefones 564352 - 564427 - Telefax 580140
- R. Alexandre Herculano, 204 - 3500 VISEU - Telefone 423850 - Telefax 425722
- Av. Fernão de Magalhães, 246 - 2000 COIMBRA - Telefone 26942 - Telefax 26366
- Av. 1.º de Maio, 45 - 6000 CASTELO BRANCO - Telefone 23079 - Telefax 23079
- R. Nuno Velho Pereira, 6 - 2000 SANTARÉM - Telefone 25505 - Telefax 25505
- Av. Luisa Todt, 116 - 2900 SETÚBAL - Telefone 526395 - Telefax 526395
- R. D. Pedro de Almeida Portugal, 8 A - Cova da Piedade - 2800 ALMADA - Telefone 2752473 - Telefax 2752473
- R. Dr. António José de Almeida, 36-38 - 7000 ÉVORA - Telefone 22291
- R. Marquês de Pombal, 63 - 7520 SINES - Telefone 632644 - Telefax 632644
- R. Almirante Cândido dos Reis, 22 - 7800 BEJA - Telefone 324740 - Telefax 324740
- R. Júlio Dinis, 74 - Montenegro - 8000 FARO - Telefone 817022 - Telefax 817022
- Bairro Novo de Almodena, Lote 30, r/c - 5000 VILA REAL - Telefone 73549 - Telefax 73549

● Para mais pormenores contactar a Sede/Delegações, que estão aptas a prestar as informações necessárias



Campeonato Nacional de Corta-mato para deficientes

Realizou-se na pista internacional de cross dos Comandos na Amadora, no dia 20 de Novembro, o Campeonato Nacional de Corta-Mato para Deficientes, organizado pela Liga Portuguesa dos Deficientes Motores e pela Associação Nacional de Desporto para Deficientes Mentais.

No encontro, apoiado pela Câmara Municipal da Amadora, Estado Maior do Exército, Região Militar de Lisboa, Regimentos de Comandos da Amadora e de Artilharia Antiaérea n.º 1 de Queluz, Fundação Oriente, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Departamento de Jogos), Caixa Geral de Depósitos, Olivadesportos, Panrico e Sumolis, encontravam-se presentes a vereadora da Acção Social da edilidade Amadorese, para além de elementos dirigentes de associações da área de deficiência, incluída a ADFA.

Masculinos

1.º, José Silva (clube V.N. Gaia) — Campeão Nacional e actual recordista Mundial dos 3000 m.

2.º, José Ferreira (clube V.N. Gaia)

3.º, Paulo Bonifácio (clube F.N. Gaia)

Classificação por equipas

1.º, Clube Vila Nova de Gaia

2.º, Futebol Clube do Porto

3.º, Liga Portuguesa dos Deficientes Motores

Femininos

1.ª, Fátima Lúcia (clube V.N. Gaia) — Campeã Nacional e actual recordista Mundial dos 3000 m e recordista Europeia dos 400 m e 1500 m.

2.ª, Graça Fernandes (clube V.N. Gaia)

3.ª, Ana Albuquerque (Núcleo Especial de Santarém).

Classificação por equipas

1.º, Clube Vila Nova de Gaia

2.º, Núcleo Desporto Santarém

3.º, Clerci Lisboa

Um dia intensamente vivido, quer pelos atletas, quer pelos técnicos de desporto que os preparam e acompanham, tal como por nós, meros assistentes, que evidenciam um nível de treino e dedicação capazes de produzir excelentes resultados no I Meeting Internacional, previsto para Março ou Abril de 1995, e onde se espera, para já, a presença de atletas deficientes da África do Sul, Espanha, França, Inglaterra e Holanda.

Automóveis



Todas as marcas e modelos, condições normais ou ao abrigo da legislação para grandes deficientes.

Trata-se toda a documentação, deslocamo-nos à residência de grandes deficientes

30 a 60 dias entrega de viaturas a DFA

Facilidades de pagamento

contacto: sócio Américo Meireles
Tel. (02)9417152

Dia internacional da pessoa com Deficiência

Dos dias 1 a 4 de Dezembro, diversas actividades e iniciativas quer do SNR quer de organizações não governamentais, evocarão, no nosso País o Dia Internacional da pessoa com Deficiência, que se celebra a 3 de Dezembro, de harmonia com a recomendação da ONU e posteriormente também assumido pela União Europeia.

O SNR, durante aqueles dias, na cidade de Angra do Heroísmo, dentro do programa Reabilitação 90-94, e subordinado ao tema "Uma Sociedade para Todos", promoverá jornadas de sensibilização, culturais, artísticas, recreativas e desportivas

No dia 2 de Dezembro, em organização do Secretariado de Apoio às ONG do Grupo de Diálogo, reunirão estas, na Sede da ADFA, em encontro alargado para debate de diversos temas de onde sobressai "Reflexão sobre o Relatório da representação portuguesa ao Meeting Internacional sobre Direitos Humanos e as Pessoas com Deficiência".

No dia 3 de Dezembro, a partir das 10:30 horas da manhã, na sala do Senado da Assembleia da República, promovido pela UCNOD, funcionará o Primeiro Parlamento Nacional de Deficientes, onde a nossa associação terá dois "deputados".

Na sua próxima edição, "ELO" conta dar detalhada informação sobre o acontecido

Delegação do Porto

APOIO AOS SÓCIOS NA COMPRA DE VIATURAS

A Delegação mantém em funcionamento um serviço para apoio aos sócios que pretendem adquirir viatura própria.

Este serviço que funciona em articulação com uma empresa do ramo automóvel, permite facilitar a compra aos sócios que se encontram abrangidos pela legislação em vigor e que por isso, beneficiam da isenção de impostos.

Através deste serviço é possível adquirir as viaturas de qualquer marca e modelo, em condições de simplificação burocrática.

Os interessados deverão contactar os G.A.O.S. pessoalmente ou através do telefone n.º 830403.

CONSULTAS DE PRÓTESES NO HOSPITAL MILITAR DO PORTO

Informam-se os sócios que as consultas de próteses e ortóteses no Hospital Militar Regional N.º 1 do Porto, efectuam-se até ao final do ano em curso, nos seguintes dias:

DEZEMBRO 14

A consulta realiza-se na manhã do dia acima indicado, bastando que os sócios se apresentem na consulta de Medicina Física e Reabilitação e procedam à entrega do cartão de Deficiente Militar no respectivo serviço.

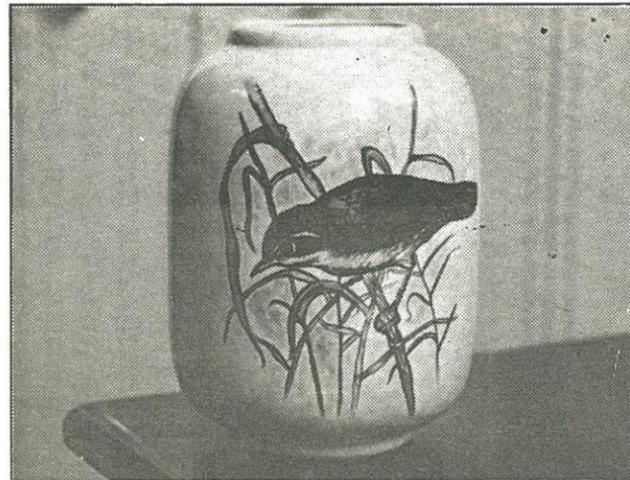
Núcleo de Tomar Assistência médica

Informam-se os sócios da área do Núcleo de Tomar, que lhes pode ser prestada assistência médica na Delegação dos Serviços Sociais daquela cidade, junto à Estação da C.P., com o pagamento de uma taxa simbólica de Esc.: 160\$00.

HORÁRIO

Terças:
das 14:00 às 16:00h

Quartas:
das 16:00 às 18:00h



Exposição Venda de artesanato

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas em colaboração com a Fundação Shain e a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal vão promover uma Exposição Venda de Artesanato de 12 a 19 de Dezembro, no Salão Nobre da Sede.

A Exposição estará permanentemente aberta das 10:00H às 18:00H incluindo sábados e domingos.

Na exposição poderão ser apreciados bonitos e úteis objectos de cerâmica, carpintaria, bordados etc..

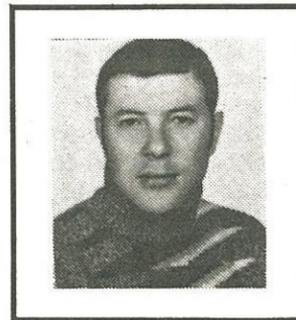
Sócios falecidos



José Luís Valadeiro Pereira, sócio n.º 429, de 54 anos, faleceu no dia 3/9/94.

Tinha 55% de incapacidade.

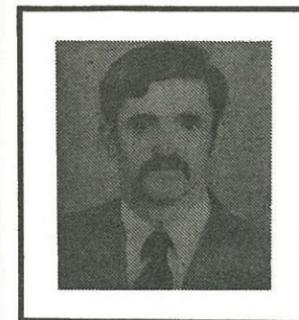
Residia habitualmente em Loures, deixa orfão um filho e viúva a Sra. Olívia do Carmo Silvano Pereira.



Carlos Dias de Matos, sócio n.º 7219, de 42 anos, faleceu no dia 2/10/94.

Adquiriu a deficiência na Guiné, com 15% de incapacidade.

Residia habitualmente em Sintra, deixa orfão um filho e viúva a Sra. Saudade da Conceição Loureiro Esteves de Matos.



Frederico Alexandre de Menezes Xavier de Albuquerque, sócio n.º 3972, de 42 anos, faleceu no dia 21/10/94.

Tinha 30% de incapacidade.

Residia habitualmente em Viseu era solteiro.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas condolências.

Sócios em serviço O enteado da ADFA

Todos os sócios têm as mesmas obrigações o que é justo, assim sendo estão todos em pé de igualdade. Mas os direitos é que talvez não seja bem assim, uns têm mais direitos do que outros, se não vejamos como é; temos dentro da nossa Associação, sócios em campanha, sócios em serviço, sócios que não têm direito a pensão, sócias que são as viúvas, sócios menores, dentro deste grupo, ainda temos sócios com 5% de desvalorização que recebem a pensão mínima e sócios com 14,9% que não têm direito a pensão porque não têm 15%, mas todos nós pagamos quotas iguais.

Quando ha eleições na ADFA todos os candidatos às Direcções Centrais e Locais fazem promessas em que vão lutar para que os problemas legislativos estão em priori-

dade em especial o pessoal em serviço, mas chega-se ao fim do mandato está tudo na mesma.

A Direcção Central e porque não também as Direcções Locais todas em conjunto, criar critérios de justiça dentro da ADFA. Estes critérios terão de passar por um projecto de prioridades. Uma sociedade democrática tem que ser justa deve defender ou condenar todos por igual, os sócios em SERVIÇO, a igualdade que tem é em pagar as cotas.

Tanto se tem falado, e escrito no Jornal Elo dos problemas que afectam os deficientes quer os que contraíram as suas deficiências na ex-Ultramar quer os que contraíram as suas deficiências na ex-Metrópole, quer sobre os grandes deficientes quer sobre os pequenos deficientes, todos somos deficien-

tes Militares, que antes de servirmos as Forças Armadas não éramos deficientes, mas depois ficamos deficientes ao serviço da Pátria, a Nação Portuguesa tem obrigações para com estes homens que hoje estão uns mais outros menos incapacitados, para que a sua vida seja normal. Por tal razão temos de exigir da Nação um tratamento digno do esforço que demos à Pátria. Para que os direitos de todos os deficientes Militares fossem defendidos houve necessidade de se criar uma Associação.

Mas temos de ter a coragem de dizer que ao longo dos 20 anos de existência da nossa Associação todos os dirigentes Nacionais que ao longo destes anos passaram pela nossa Associação nunca se preocuparam com os problemas dos «filhos adoptivos» deficientes em SERVIÇO. Mas estão sempre muito preocupados com os deficientes em Campanha,

o que são justas as preocupações para com os camaradas que adquiriram as suas defici-

ências em terrenos considerados de acção directa com o inimigo.

Quando é que estará nas preocupações da Direcção Central o problema dos sócios em serviço, será que um dia irá ser levado na agenda nas audiências com o Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Será que a Direcção Central tem consciência de quanto recebe de pensão um deficiente em serviço com 40% tendo o acidente em 1970, e um deficiente em serviço com 40% que o acidente foi em 1990, e um deficiente com 40% em Campanha no 1º escalão, todos pertencemos à classe de praças, e um Capitão com 40% quanto será a diferença da pensão entre uns e outros, que deram todo o seu melhor ao serviço da Pátria.

Mas as injustiças ainda não ficam por aqui já fizeram as contas, mesmo com as alterações que houve em relação com os grandes deficientes em SERVIÇO, que tiveram uma melhoria na sua pensão mas conti-

nuam com grandes diferenças, um camarada com 70% que sofreu o acidente em 1970 em serviço outro camarada com 70% que sofreu o acidente em 1990 e um camarada em Campanha com 35% no 1º escalão e todos pertencendo à classe de praças já fizeram contas para verem as diferenças de valor das pensões porque escusado será dizer que o sofrimento físico não tem comparação entre um deficiente com 35% e outro com 70% de desvalorização.

A Direcção Central tem obrigação de resolver os problemas de todos os sócios quer sejam em Campanha ou em Serviço, hoje encontramos sócios em SERVIÇO, que vivem só com a miserável pensão mínima, que recebem porque a NAÇÃO o obrigou a cumprir uma missão, na qual sofreu um acidente o que o mutilou para toda a vida. Em muitos casos devido ao meio em que vive, ou devido às poucas habilitações quer literárias, quer profissionais. Nestes casos os sócios vivem marginalizados

perante a sociedade, porque esta nem sequer dá a um homem que deu tudo que tinha ao serviço da Nação trabalho para a sobrevivência da pessoa que se deficiou ao serviço da Pátria.

Ao fim de vinte anos de existência da ADFA, chegamos à triste realidade, que aqueles, que os responsáveis do País dividiram em grupos que se deficiaram ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, os que ficaram no Grupo de Serviço não tiveram quase direitos nenhuns o grupo que ficou em Companhia, este grupo está em condições razoáveis.

Para quando a Direcção Central segue a política de defender os mais carenciados que são todos aqueles que se deficiaram ao serviço da Pátria por imposição, e foram considerados em serviço as viúvas os orfãos, e aqueles que por incorrecções de elaboração dos processos não foram considera-

Albino Maia
Sócio nº 6041

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas
Em vigor desde 3 de Outubro 94

MODELO -3-PORTAS	P.BASE	P. V. P.
TWINGO	1.175.009.00	1.778.000.00
TWINGO PACK	1.218.112.00	1.828.000.00
CLIO-RL-1.2	1.181.214.00	1.740.000.00
CLIO-BE BOP	1.286.386.00	1.862.000.00
CLIO-RN-1.2	1.381.214.00	1.972.000.00
CLIO LUNA	1.513.111.00	2.125.000.00
CLIO-RT-1.2	1.622.593.00	2.252.000.00
CLIO-RT-1.4	1.728.049.00	2.644.000.00
CLIO-RTI-1.4	1.740.980.00	2.659.000.00

MODELO -5-PORTAS	P.BASE	P. V. P.
CLIO-RL-1.2	1.247.593.00	1.817.000.00
CLIO-BE BOP	1.352.766.00	1.939.000.00
CLIO-RN-1.2	1.447.593.00	2.049.000.00
CLIO-LUNA	1.579.490.00	2.202.000.00
CLIO-RT-1.2	1.688.973.00	2.329.000.00
CLIO-RT-1.4	1.794.429.00	2.721.000.00

RENAULT-19-TRICORPO-4 -PORTAS=OU-5-PORTAS-BICORPO	P.BASE	P. V. P.
R-19-RL-1.2	1.825.627.00	2.493.000.00
R-19-JAZZ-1.2	1.908.386.00	2.589.000.00
R-19-SCALA-1.4	2.062.980.00	3.038.000.00
R-19-RTI-1.4	2.260.393.00	3.267.000.00
R-19-SCALA-1.9 DT	2.160.527.00	4.335.000.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA	P.BASE	P. V. P.
CLIO-RT-1.4-3-P.	1.993.738.00	2.952.199.00
CLIO-RT-1.4-5-P.	2.060.118.00	3.029.199.00
R-19 SCALA-1.4	2.242.463.00	3.246.200.00

TWINGO EASY S/EMBRAIAGEM	1.321.560.00	1.948.000.00
--------------------------	--------------	--------------

GRANDES VANTAGENS PARA OS SÓCIOS

RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES DESCONTOS AOS SÓCIOS

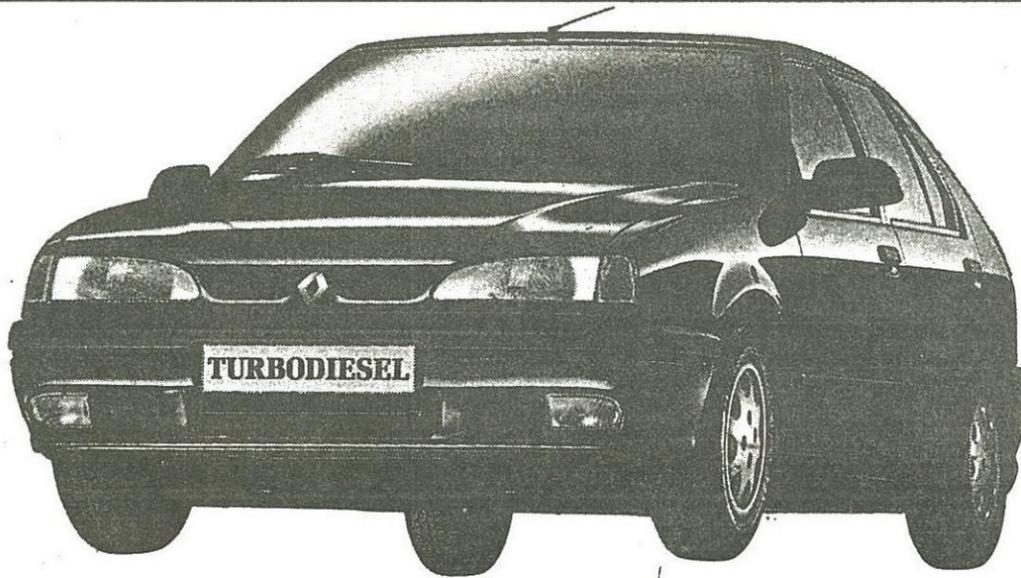
Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (telef. 421 49 51)
STAND: Telef. 836 14 00
Fax: 836 14 80
Delegado de vendas: Bernardes

uma gama completa
versões a gasolina e a diesel

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

SE NÃO LHE PODE RESISTIR

CONVERTA-SE AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um Renault 19 Turbo Diesel.

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo
económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento
que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico,
volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos
e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir
ao novo Renault 19 Turbo Diesel,
converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

SUCURSAL
RENAULT CHELAS
R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa
Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80



RENAULT



Montagem do "Elo" na Interpress



Montagem do "Elo Sonoro"

Caríssimos amigos e vizinhos,

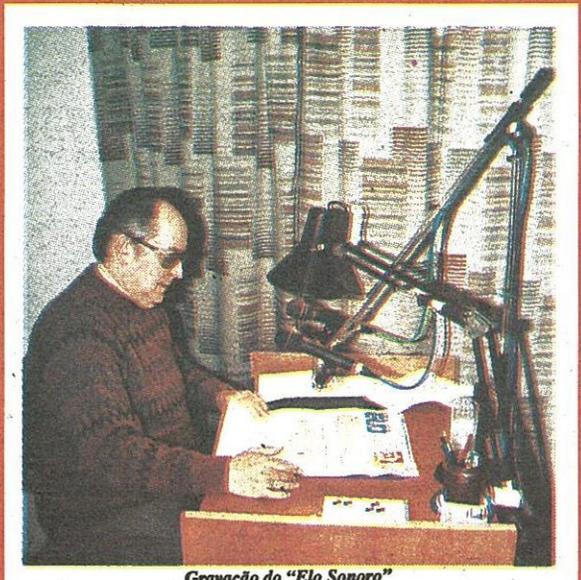
Muito sensibilizadas vimos agradecer o vosso convite para participarmos na sessão-colóquio pela ocasião do aniversário do vosso jornal. Temos pena mas não nos é de todo possível participar. No entanto, queremos assegurar-vos da nossa presença na oração para que Deus abençoe todos os vossos projectos e vos ajude a alargar cada vez mais os "elos" de solidariedade para com os que mais precisam da vossa ajuda.

Queremos também manifestar-vos o nosso contentamento por vos ter como vizinhos. Unidas pois, na oração e na solidariedade com todos vós

As Irmãs Dominicanas

A Associação Nacional da Espondilite Anquilosante, na impossibilidade de, por razões diversas, poder estar presente, a Direcção da ANEA manifesta a sua solidariedade, envia parabéns e deseja muito êxito e alegria neste aniversário do vosso ELO. Estaremos ainda mais atentos ao próximo número onde esperamos ler algo sobre o tema tão bem escolhido "A Imagem do Deficiente na Imprensa".

Muitos Parabéns
A DIRECÇÃO DA ANEA



Gravação do "Elo Sonoro"

Na Impossibilidade de estar presente fisicamente, a Delegação de Évora saúda o 20º Aniversário do nosso jornal, desejando manutenção da dignidade atingida, e a palavra amiga e informativa, que tem transmitido aos nossos associados, contribuindo quiçá, de maneira decisiva, para a manutenção da nossa tão necessária coesão.

As nossas veementes saudações associativas

A Direcção da Delegação

A Direcção da Delegação de Vila Nova de Famalicão, na impossibilidade de estar presente na Sede, na comemoração da passagem de mais um aniversário do nosso Jornal "Elo", vem por intermédio desta comunicação dar os Parabéns e um grande abraço na pessoa do seu Director, extensivo a todos os que trabalham e colaboram na feitura do nosso Jornal. Muitas felicidades e muitos anos de vida, em prol da divulgação e defesa dos interesses da ADFA, dos seus associados e dos deficientes em geral, são os votos sinceros desta delegação.

A Direcção da Delegação

Na impossibilidade de qualquer elemento da Direcção da Delegação do Porto poder estar presente na Festa de Aniversário do "Elo" não quer no entanto deixar de registar esta data, enviando ao seu Director e a todos os presentes as mais calorosas Saudações Associativas.

Direcção da Delegação do Porto